
Caixinha da ponte

Pressionado pela oposição na Assembleia a apontar onde o governo Rui Costa (PT) pretende investir o empréstimo de R\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil, o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorio, revelou ontem que parte do bolo vai para o Fundo Garantidor da Ponte Salvador-Itaparica. Em audiência pública, Vitorio foi cobrado a dar detalhes do destino da verba, já que eles não constam no projeto para que a Casa libere o empréstimo, previsto para ser votado amanhã. Só não disse quanto está reservado à ponte e nem o que será feito com o resto da grana.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 17/03/2021	Página: 02
Cita o secretário Manoel Vitória	

Tribuna

Ponte agora?

Os deputados de oposição ao governador Rui Costa (PT) na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) devem manter o voto contrário ao empréstimo de R\$ 1,5 bilhão que a administração quer contrair com o Banco do Brasil. Ontem, membros do grupo tiveram reunião com o secretário da Fazenda, Manoel Vitória. “Foi uma reunião boa, ele apresentou o balanço do 3º quadrimestre, fizemos algumas perguntas. A reunião não tinha relação com o empréstimo, mas questionei se parte do dinheiro iria compor o Fundo Garantidor da Ponte e ele confirmou”, afirmou o deputado Tiago Correia (PSDB).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data 17/03/2021	Página: 07
Cita o secretário Manoel Vitório	

Tribuna

Receitas próprias estáveis e racionalidade dos gastos mantêm equilíbrio fiscal da Bahia

A despeito da queda de 4,1% no PIB brasileiro e do forte impacto econômico da pandemia, o governo baiano chegou ao final de 2020 com as mesmas patamares do ano anterior em termos nominais, ou seja, em valores absolutos, sem considerar a inflação do período. O resultado, que ajudou a manter o equilíbrio das contas, a preservar o ritmo dos investimentos e a assegurar os recursos necessários para o combate aos efeitos da crise sanitária, foi demonstrado

nesta terça (16) pelo secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, em audiência pública virtual promovida pela Assembleia Legislativa do Estado (Alba) para avaliação das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do ano passado.

Vitório ressaltou ainda dois marcos importantes de 2020. A Bahia somou R\$ 7,8 bilhões de economia real com gastos de custeio entre 2015 e 2020, graças à política de Qualidade do Gasto Público instituída no

início da primeira gestão do governador Rui Costa. O Estado, além disso, chegou à cifra de R\$ 14,9 bilhões investidos também desde 2015, mantendo-se em segundo lugar no país neste tipo de gasto fundamental para a geração de emprego e renda e o estímulo à retomada da economia.

Outro indicador relevante de equilíbrio nas contas do Estado é o grau de endividamento, que encerrou

2020 em 0,57, o que significa que toda a dívida consolidada líquida baiana correspondia a 57% da receita corrente líquida, muito abaixo do patamar estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que prevê endividamento máximo de 200% da receita. A situação da Bahia está em contraste com a dos maiores estados do país, que ou estão próximos ou acima deste patamar: a dívida de

São Paulo está em 165%, a de Minas Gerais em 188%, a do Rio Grande do Sul em 222% e a do Rio de Janeiro em 316%.

Recuperação da receita
As receitas tributárias cresceram 0,8% em 2020.

Sem repor a inflação, o resultado obrigou o Estado a adequar o orçamento à realidade do ano anterior, mes-

mo fazendo frente às despesas para combate aos efeitos da pandemia, que somaram ao todo R\$ 1,8 bilhão, e tendo cumprido com folga os dispêndios mínimos previstos em lei para as áreas de Saúde, cujos gastos representaram 13,39% (para o mínimo de 12%) e de educação, onde foram gastos 26,09% (para o mínimo de 25%).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

LICITAÇÃO 018-2021 – PREGÃO ELETRÔNICO 017-2021 – Objeto: Aquisição de grelhas em concreto armado com ferro 5/16 polegadas, tamanho 90 cm x 40 cm, espessura 08 cm, para uso da garagem da Superintendência de Operações e Manutenção, a serem utilizadas nas caixas de drenagem da

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

Veículo: Tribuna On Line	Caderno: Política
Data 17/03/2021	



AL-BA deve votar hoje empréstimo de R\$ 1,5 bi pedido por Rui Costa

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) deve votar hoje o empréstimo de R\$ 1,5 bilhão pedido pelo governador Rui Costa

Tribuna da Bahia, Salvador

17/03/2021 06:00 | Atualizado há 4 horas e 28 minutos



Foto: Ascom Alba

Por Rodrigo Daniel Silva

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) deve votar hoje o empréstimo de R\$ 1,5 bilhão pedido pelo governador Rui Costa (PT), segundo a assessoria de comunicação da Casa. Na última segunda-feira, os deputados aprovaram o requerimento de urgência da matéria, que queima as etapas na tramitação da proposta no Legislativo baiano.

Líder da minoria na Assembleia, Sandro Régis (DEM) já anunciou que a bancada votará contra o texto com o argumento de que “não pode ser votado de forma virtual”. “É um projeto que merecia maior conhecimento e maior discussão dentro da Casa, até porque vai causar, sem dúvidas, um grande impacto financeiro futuro”, afirmou. Na mensagem encaminhada à AL-BA, o chefe do Executivo baiano afirmou que o recurso, se aprovado, será para a “viabilização de investimentos previstos no orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental”.

"Nós nem sabemos que obras são essas, nada é especificado. A AL-BA tem mais uma vez a oportunidade de ser um órgão fiscalizador, não pode se curvar ao Executivo, se tornando uma secretaria de Estado", criticou o parlamentar democrata. Segundo a oposição, no ano passado, o governo de Rui Costa já acumulava R\$ 5 bilhões em operações de crédito, levando em consideração a cotação do dólar e do euro do início de 2020. Com este novo pedido, o número pode saltar para mais de 6 bilhões, o que representa quase R\$ 1 bilhão em empréstimos por ano.

Líder do governo na AL-BA, Rosemberg Pinto (PT) defende a proposta. “O empréstimo garantirá os investimentos necessários, que serão totalmente paralisados no estado, porque todos os recursos estão sendo redirecionados para salvar vidas, para combater a Covid-19”, declarou. “A maioria das obras privadas no Brasil está paralisada, e na Bahia não é diferente. O Estado é capaz de motivar e garantir investimentos para gerar renda a uma população que depende dessas obras. (...) Esse empréstimo repõe a área de investimentos em diversos setores, como a infraestrutura, com a Ponte Salvador-Itaparica”, acrescentou.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 16/03/2021	



Receitas próprias estáveis e racionalidade dos gastos mantêm equilíbrio fiscal da Bahia em 2020

16 março 2021

A despeito da queda de 4,1% no PIB brasileiro e do forte impacto econômico da pandemia, o governo baiano chegou ao final de 2020 com as receitas próprias nos mesmos patamares do ano anterior em termos nominais, ou seja, em valores absolutos, sem considerar a inflação do período. O resultado, que ajudou a manter o equilíbrio das contas, a preservar o ritmo dos investimentos e a assegurar os recursos necessários para o combate aos efeitos da crise sanitária, foi demonstrado nesta terça (16) pelo **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**, em audiência pública virtual promovida pela Assembleia Legislativa do Estado (Alba) para avaliação das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do ano passado.

Vitório ressaltou ainda dois marcos importantes de 2020. A Bahia somou R\$ 7,8 bilhões de economia real com gastos de custeio entre 2015 e 2020, graças à política de Qualidade do Gasto Público instituída no início da primeira gestão do governador Rui Costa. O Estado, além disso, chegou à cifra de R\$ 14,9 bilhões investidos também desde 2015, mantendo-se em segundo lugar no país neste tipo de gasto fundamental para a geração de emprego e renda e o estímulo à retomada da economia.

Outro indicador relevante de equilíbrio nas contas do Estado é o grau de endividamento, que encerrou 2020 em 0,57, o que significa que toda a dívida consolidada líquida baiana correspondia a 57% da receita corrente líquida, muito abaixo do patamar estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que prevê endividamento máximo de 200% da receita. A situação da Bahia está em contraste com a dos maiores estados do país, que ou estão próximos ou acima deste patamar: a dívida de São Paulo está em 165%, a de Minas Gerais em 188%, a do Rio Grande do Sul em 222% e a do Rio de Janeiro em 316%.

Recuperação da receita

As receitas tributárias cresceram 0,8% em 2020. Sem repor a inflação, o resultado obrigou o Estado a adequar o orçamento à realidade do ano anterior, mesmo fazendo frente às despesas para combate aos efeitos da pandemia, que somaram ao todo R\$ 1,8 bilhão, e tendo cumprido com folga os dispêndios mínimos previstos em lei para as áreas de Saúde, cujos gastos representaram 13,39% (para o mínimo de 12%) e de educação, onde foram gastos 26,09% (para o mínimo de 25%).

A equiparação em termos nominais a 2019, no entanto, representou na prática uma recuperação significativa após as fortes quedas do primeiro semestre, que chegaram a 30% em maio. “Este resultado refletiu a retomada do consumo em alguns setores motivada pelo auxílio emergencial, e também a intensa modernização tecnológica do fisco e o grande empenho de toda a equipe da Fazenda estadual a despeito das restrições impostas pela crise sanitária”, afirmou Vitório.

O secretário lembrou que, além do auxílio emergencial, foram importantes ainda outros itens do pacote de medidas proposto no ano passado pelo Congresso Nacional e aprovado a tempo de evitar o caos social em meio à pandemia, o que incluiu uma compensação aos estados nos meses de perdas na arrecadação e uma estratégia de financiamento para evitar demissões pelas empresas.

Controle dos gastos

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou Vitório.

O esforço de controle dos gastos foi favorecido pela política de Qualidade do Gasto Público, que desde sua implementação está sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba). Além da economia real de R\$ 7,8 bilhões, o sucesso da metodologia pode ser atestado ainda pelo fato de que o valor efetivamente gasto com custeio permaneceu nos mesmos patamares, chegando a registrar pequena redução no comparativo entre 2018 e 2020.

Investimentos

Ao alcançar a soma de R\$ 14,9 bilhões em investimentos públicos entre 2015 e 2020, o governo baiano mais uma vez ficou atrás apenas do paulista em totais investidos, mas à frente deste em termos proporcionais: com orçamento cinco vezes maior, São Paulo investiu R\$ 45,6 bilhões, ou seja, três vezes mais que a Bahia. O Rio de Janeiro, cujo orçamento é quase duas vezes o da Bahia, investiu R\$ 13,4 bilhões desde 2015 e ficou em terceiro no ranking.

Uma das áreas com maior prioridade tem sido a de saúde. Com um total de R\$ 2,1 bilhões investidos em seis anos, o Estado construiu nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que entra em operação em breve.

As Policlínicas Regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

As demais áreas com maior volume de recursos investidos são as de urbanismo, transporte, saneamento, agricultura, habitação, segurança e educação. Entre as principais obras realizadas nestes seis anos estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador, a ponte Ilhéus-Pontal, além da construção e da recuperação de mais de sete mil quilômetros de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca. No período, também foram entregues mais de 84 mil moradias.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Política Livre	
Data: 17/03/2021	Caderno: Economia



16 de março de 2021 | 17:37

Após reunião com Manoel Vitório, oposição deve manter voto contrário a empréstimo de R\$ 1,5 bilhão

EXCLUSIVAS

Os deputados de oposição ao governador Rui Costa (PT) na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) devem manter o voto contrário ao empréstimo de R\$ 1,5 bilhão que a administração quer contrair com o Banco do Brasil.

Hoje, membros do grupo tiveram reunião com o secretário da Fazenda, Manoel Vitório. “Foi uma reunião boa, ele apresentou o balanço do 3º quadrimestre, fizemos algumas perguntas. A reunião não tinha relação com o empréstimo, mas questionei se parte do dinheiro iria compor o Fundo Garantidor da Ponte e ele confirmou”, disse, ao Política Livre, o deputado Tiago Correia (PSDB).

Correia indicou ainda que Vitório contemporizou o aporte no Fundo da Ponte. “Ele diz que isso faz com que o governo não tire recurso de investimentos e mostrou um cláusula que diz que o Fundo da Ponte será liquidado ao final da obra, abatendo no aporte do governo”, contou.

Para Correia, ainda não há convencimento na bancada de oposição para votar a matéria.

Líder do governo, Rosemberg Pinto (PT) clamou por união entre governo e oposição. Antes, ele falava em “entendimento”.

“Sei das dificuldades políticas que isso pode gerar. Uma parte que faz a leitura da política na sociedade pode não enxergar essa situação por causa dessa dicotomia ‘Oposição x Governo’. Mas, neste momento, precisamos

deixar isso de lado. Temos argumentos suficientes para ter o apoio de todos os 63 deputados e deputadas”, defendeu o líder governista.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/03/21	



AL-BA DEVE VOTAR HOJE EMPRÉSTIMO DE R\$ 1,5 BI PEDIDO POR RUI COSTA



admin 17 Março, 2021

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) deve votar hoje o empréstimo de R\$ 1,5 bilhão pedido pelo governador Rui Costa (PT), segundo a assessoria de comunicação da Casa. Na última segunda-feira, os deputados aprovaram o requerimento de urgência da matéria, que queima as etapas na tramitação da proposta no Legislativo baiano. Líder da minoria na Assembleia, Sandro Régis (DEM) já anunciou que a bancada votará contra o texto com o argumento de que “não pode ser votado de forma virtual”.

“É um projeto que merecia maior conhecimento e maior discussão dentro da Casa, até porque vai causar, sem dúvidas, um grande impacto financeiro futuro”, afirmou. Na mensagem encaminhada à AL-BA, o chefe do Executivo baiano afirmou que o recurso, se aprovado, será para a “viabilização de investimentos previstos no orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental”.

“Nós nem sabemos que obras são essas, nada é especificado. A AL-BA tem mais uma vez a oportunidade de ser um órgão fiscalizador, não pode se curvar ao Executivo, se tornando uma secretaria de Estado”, criticou o parlamentar democrata. Segundo a oposição, no ano passado, o governo de Rui Costa já acumulava R\$ 5 bilhões em operações de crédito, levando em consideração a cotação do dólar e do euro do início de 2020. Com este novo pedido, o número

pode saltar para mais de 6 bilhões, o que representa quase R\$ 1 bilhão em empréstimos por ano.

Líder do governo na AL-BA, Rosemberg Pinto (PT) defende a proposta. “O empréstimo garantirá os investimentos necessários, que serão totalmente paralisados no estado, porque todo os recursos estão sendo redirecionados para salvar vidas, para combater a Covid-19”, declarou. “A maioria das obras privadas no Brasil está paralisada, e na Bahia não é diferente. O Estado é capaz de motivar e garantir investimentos para gerar renda a uma população que depende dessas obras. (...) Esse empréstimo repõe a área de investimentos em diversos setores, como a infraestrutura, com a Ponte Salvador-Itaparica”, acrescentou.

Governo baiano aplicou R\$ 1,8 bilhão no combate à pandemia no ano passado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após um primeiro semestre com queda de 30%, em razão da pandemia, as receitas tributárias do governo baiano cresceram 0,8% em 2020, quando comparadas com 2019. O dado não considera a inflação do período, mas a recuperação nas receitas próprias garantiu o equilíbrio das contas do Estado, conforme relato do secretário da Fazenda, **Manoel Vitório**. Conforme o gestor, foram aplicados R\$ 1,8 bilhão em ações de combate à pandemia durante o ano passado.

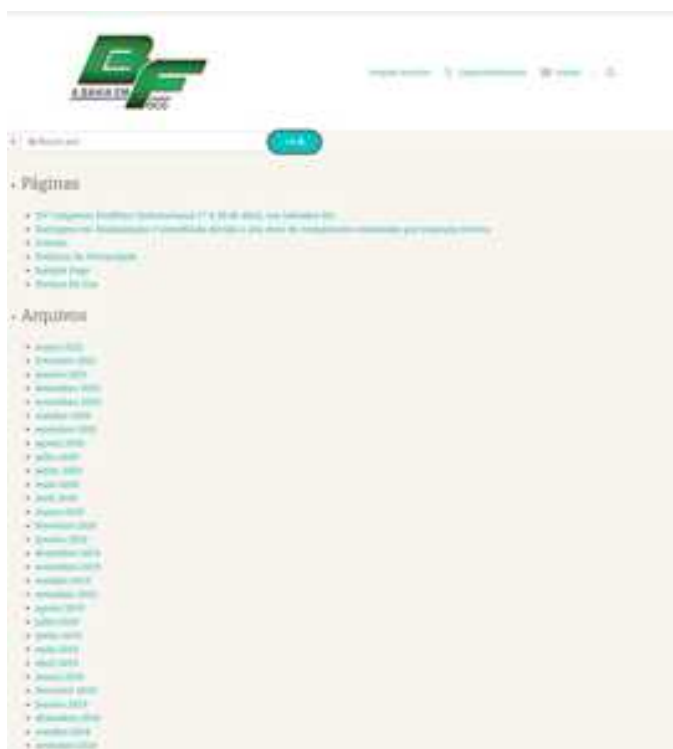
Vitório participou nesta terça-feira (16) de audiência pública virtual da Assembleia Legislativa do Estado para a avaliação das metas fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do ano passado. 'Este resultado refletiu a retomada do consumo em alguns setores motivada pelo auxílio emergencial, e também a intensa modernização tecnológica do **fisco** e o grande empenho de toda a equipe da Fazenda estadual a despeito das restrições impostas pela crise sanitária', afirmou Vitório.

Entre 2015 e 2020, acrescentou **Manoel Vitório**, os investimentos estaduais totalizaram R\$ 14,9 bilhões. Nestes seis anos, a economia real com gastos de custeio atingiu o montante de R\$ 7,8 bilhões.

No balanço geral de 2020, o Estado cumpriu os desembolsos mínimos para a Saúde, cujos gastos representaram 13,39% (para o mínimo de 12%), e de **Educação** - 26,09% (para o mínimo de 25%). No endividamento, a Bahia fechou o ano com dívidas totais de 57% da Receita Corrente Líquida, com folga para o teto estabelecido na **Lei de Responsabilidade Fiscal**, que é de duas vezes a RCL.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO, Lei de Responsabilidade Fiscal | SEC - Secretaria da Educação - Educação

IPVA com 5% de desconto vale até este mês para veículos com placas de final 1 e 2



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tempo de leitura:

Os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 30 e 31 de março, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. No caso de veículos com placas de final 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 0, o condutor também poderá pagar com o abatimento de 5%, observado o vencimento na tabela do **IPVA 2021**. O **IPVA** também pode ser dividido em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do

imposto até a data da última parcela.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 17/03/2021	Caderno: Economia



IPVA 2021 será restituído a PCD, obriga decisão judicial

Em Vinhedo, juiz determina que o estado de São Paulo devolva o IPVA 2021 pago por contribuinte PCD; data de ressarcimento segue indefinida

Na última semana, você acompanhou no **Jornal do Carro** que uma [ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo contra a Fazenda do Estado de São Paulo](#), pretende barrar a lei estadual 17.293/2020, que alterou as regras do IPVA para os carros PCD.

A tutela antecipada continua em andamento, porém, nesta semana, uma ação semelhante teve êxito em Vinhedo (SP). O juiz Juan Paulo Haye Biazevic, da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca da cidade determinou, assim, a [restituição do dinheiro](#) do contribuinte PCD que tenha pago o IPVA 2021 após perder o direito à isenção.

O magistrado, todavia, condena a [Secretaria da Fazenda e Planejamento](#). Esta terá de restituir o valor comprovadamente desembolsado pelo PCD.

“O termo inicial da correção monetária será a data em que houve o pagamento indevido. Sobre os juros de mora, será a data em que se verificar o trânsito em julgado da sentença”, diz o texto.

O valor do débito, contudo, segue atualização pelo IPCA-E até o trânsito em julgado e, após, exclusivamente pela taxa Selic.

Divulgação/Jeep

De acordo com os autos, o lançamento do [imposto para o exercício de 2021 \(conforme decreto nº 65.337/2020 do Estado de São Paulo\)](#) viola o princípio constitucional da anterioridade tributária.

PUBLICIDADE

“Não há como incidir o IPVA referente ao exercício de 2021. Uma vez que não decorreu o prazo de 90 dias entre a vigência da nova Lei. E a ocorrência do fato imponible”, cita a decisão judicial. Ou seja, a lei de outubro de 2020 não permite cobrança do imposto no começo de 2021.

Futuro do IPVA para PCD

De acordo com o juiz, a concessão do benefício tributário pressupõe expressa previsão legislativa. O que foi modificado pela citada Lei Estadual. “Especificamente no caso concreto. A concessão de isenção para portadores de deficiência que exigem especial adaptação nos veículos se justifica como contrapartida. Pelo maior investimento que terão de fazer para a aquisição de veículos automotores”.

Para ele, no entanto, o fator de discriminação (relatado pela ação ingressada pelo MP) não tem caráter arbitrário. E está racionalmente justificado pelos próprios objetivos da norma. Bem como de “inclusão social dos portadores de maiores graus de deficiência”.

REDE ESTADUAL Estado Solidário, Mais Estudo e o vale-alimentação completam o pacote de benefícios para estudantes Auxílios e bolsas chegam a R\$ 410 milhões

BRUNO BRITO*

Com o retorno das aulas na rede estadual de ensino, em modo remoto, o governador Rui Costa (PT) apresentou, na manhã de ontem, em coletiva virtual, investimentos na ordem de R\$ 410 milhões em bolsas e auxílio para estudantes da rede estadual.

Para isso, o gestor sinalizou a criação do programa Estado Solidário, para apoiar os estudantes com famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica, com uma bolsa de R\$ 150. A iniciativa se soma ao vale-alimentação e o Mais Estudo, que garante R\$ 100 de bolsa.

O programa Estado Solidário deve durar seis meses, garantindo a bolsa mensal a cerca de 260 mil alunos que são cadastrados no CadÚnico. No entanto, o programa

só terá início, após a Assembleia Legislativa aprovar o projeto de lei.

“É um suporte para famílias de baixa renda em função das dificuldades econômicas, da recessão e do desemprego que aumentaram na pandemia, principalmente profissionais autônomos. Até sexta-feira, iremos enviar o projeto, assim que for aprovado, iremos dar início aos pagamentos”, explicou Rui.

Critérios

Para garantir a bolsa, os alunos devem realizar as atividades escolares e manter a frequência nas aulas em 85%. Segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), ao final de cada ano, serão avaliados a redução do abandono, a elevação da aprovação e a elevação da



Governador Rui Costa (PT) apresentou, ontem, investimentos para alunos da rede

média final.

Já o vale-alimentação, que irá para a quinta parcela neste mês, assegura o valor de R\$ 55 aos estudantes matriculados. Com previsão de ser depositado a partir do dia 23.

A SEC também abriu seleção para o programa Mais Estudo, até o próximo dia 26 em que os alunos irão prestar monitoria em Língua portuguesa, matemática e educação científica da educação básica e receberão uma bolsa de R\$ 100.

Estudantes devem estar matriculados na unidade escolar em que irá realizar a monitoria, desde que tenham obtido média final igual ou maior a oito no ano letivo anterior.

***SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA**

TRANSPORTE PÚBLICO

Prefeitura anuncia prorrogação de intervenção na CSN até junho

FERNANDO VALVERDE

O prefeito Bruno Reis (DEM) anunciou a prorrogação da intervenção municipal na Concessionária Salvador Norte, responsável por operar as linhas de transporte que transitam entre a Estação Mussurunga e a orla da cidade.

De acordo com o prefeito, a medida foi necessária diante da ausência de ofertas de empresas interessadas em assumir a gestão da

CSN, cuja intervenção municipal expiraria hoje, e uma reunião com o Ministério Público (MP-BA) será conduzida para buscar uma solução, já que a prefeitura não terá condições de arcar com os investimentos feitos para evitar a paralisação do transporte público na cidade. Em entrevista para o jornal A TARDE em fevereiro, o prefeito afirmou que já haviam sido investidos R\$ 92 milhões no sistema e não haveria mais recursos pró-

prios para arcar com a intervenção.

“Por conta da pandemia e da crise econômica, as outras duas estão com dificuldades para pagar funcionários. Já para a CSN, ou o setor privado opera, e aí depende de alguma empresa interessada, ou a prefeitura assume. Se a intervenção opinar pela caducidade do contrato com a operadora por falta de condições, vamos ter que tomar uma decisão que pode atingir as bacias da cidade”.

SAÚDE

Gapa-BA lança delivery para autoteste na capital baiana

TÁCIO CALDAS*

Com o intuito de acelerar e fortalecer o combate ao vírus do HIV e a Aids em Salvador, o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia (Gapa-Bahia) está oferecendo dois novos serviços para a população de Salvador. O delivery gratuito de autotestes e o “Alô Prev-teste”.

A instituição também oferece canais de informações sobre Aids e Covid-19. “Nós oferecemos ferramentas de

conhecimentos jurídicos. Então, temos esse trabalho com arte-educação, abordagem de pares, educação popular e múltiplas estratégias de prevenção”, afirmou a coordenadora Glayds Almeida.

O autoteste pode ser solicitado pelos números 71 99308 8687, das 9h às 13h de segunda a sexta-feira, ou pelo 71 99309 0688, das 13h às 18h, no mesmo período.

Já o projeto Gapa Acolhe atua em três frentes: psicológica, jurídica e social. Os

atendimentos ocorrem por telefone (71 99118 7843), segunda e quarta, das 9h às 13h, e às terças das 13h às 17h. O jurídico, pelo 71 99252 1822, segundas e quintas, das 13h às 17h, e nas sextas, das 9h às 13h. O acolhimento social é feito pelo telefone 71 99334 9775, terças e quintas, das 9h às 13h e quarta, das 9h às 13h”, pontuou a coordenadora Glayds Almeida.

***SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA**

OBITUÁRIO

BOSQUE PAZ

Fernando Antônio Esteves de Araújo Silva faleceu no Hospital do Subúrbio, 62 anos, divorciado, natural de Recife-PE

Aécio Veloso Paulilo Filho faleceu no Hospital da Bahia, 49 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Sônia Maria de Jesus Silva faleceu no Hospital da Bahia, 76 anos, divorciada, natural de Terra Nova-BA

Carlos Roberto de Souza Fonseca faleceu no Hospital Espanhol, 65 anos, casado, natural de Bom Jesus da Lapa-BA

Jandaira das Neves de Oliveira Santos faleceu no Pronto Atendimento de Santo Amaro de Ipitanga, 57 anos, solteira, natural de Mata de São João-BA

João Luiz dos Santos faleceu na UPA - Pernambuco, 93 anos, viúvo, natural de Salvador-BA

Maria Conceição Rocha

Alcântara faleceu na UPA - São Caetano, 71 anos, viúva, natural de Jacobina-BA

Antônio Santiago dos Santos faleceu na UPA - Pirajá, 90 anos, viúvo, natural de Salvador-BA

Hildete Anunciação Carneiro faleceu no Hospital Espanhol, 86 anos, viúva, natural de Cipó-BA

Jorge Luiz Rocha de Barros faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 48 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Zélia Zila Gomes de Araújo faleceu no Hospital Professor Eládio Lasserre, 83 anos, solteira, natural de Cachoeira-BA

Doralice Dias de Araújo faleceu no Hospital Professor Eládio Lasserre, 88 anos, viúva, natural de Salvador-BA

Julival Ferreira de Jesus faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 34 anos, solteiro, natural de Nazaré-BA

José Antônio Ventura Júnior faleceu no

Hospital São Rafael, 70 anos, solteiro, natural de Cruzeiro-SP

Maria Domingas Rocha Sacramento faleceu em residência, 67 anos, divorciada, natural de Salvador-BA

CAMPO SANTO

Enedina Pereira de Queiroz faleceu no Hospital Português, 90 anos, natural de Itaquara-BA

Antônio Carlos Santos Dornelles faleceu no Hospital Santa Clara, 65 anos, natural de Santo Ângelo-RS

Eulina de Jesus Soares faleceu no Hospital Salvador, 60 anos, natural de Santo Amaro-BA

Ronaldo Santos Souza faleceu no Hospital Santa Izabel, 61 anos, natural de Salvador-BA

Marcus Vinícius Silva Borges faleceu no Hospital Família Sagrada, 54 anos, natural de Salvador-BA

Danilo Vital Cardoso faleceu no Hospital

Santa Izabel, 43 anos, natural de Salvador-BA

Gersonita Maria de Brito Santos faleceu no Hospital Santa Izabel, 68 anos, natural de Salvador-BA

César Augusto Medrado Magnavita faleceu no Hospital do Subúrbio, 55 anos, natural de Salvador-BA

Wilton Alves de Oliveira faleceu no Hospital Jorge Valente, 54 anos, natural do Rio de Janeiro-RJ

Miriam Ferreira Tolentino Alvares faleceu no Hospital São Rafael, 84 anos, natural de Salvador-BA

Marília Magalhães Magalhães faleceu na Upa Estadual, 55 anos, natural de Salvador-BA

Nailton Santos Menezes faleceu na ambulância do Samu, 57 anos, natural de São Miguel das Matas-BA

Maria Joventina Gomes dos Santos faleceu em residência, 81 anos, natural de Irará-BA

Candeias Maria do Espírito Santo faleceu no Hospital Santa Izabel, 73 anos, natural de Nazaré-BA

Maria Oliveira Guimarães Queiroz faleceu na Maternidade Santamaria, natural de Salvador-BA

Lucas de Jesus Costa faleceu em via pública, 28 anos, natural de Salvador-BA

Arisvaldo Oliveira Silva faleceu em via pública, 53 anos, natural de Irará-BA

Zoradia Dactes de Castro faleceu no Hospital Geral do Estado, 81 anos, natural de Salvador-BA

JARDIM DA SAUDADE

Ângela Maria Macedo Benevides faleceu no Hospital Família Sagrada, 58 anos, divorciada, professora, natural de Wagner-BA

Helenice Silva Santos faleceu na UPA - Brotas, 55 anos, divorciada, auxiliar de lavanderia, natural de Salvador-BA

Geórgio André

Vansconcelos faleceu no Hospital do Subúrbio, 48 anos, solteiro, electricista, natural de Salvador-BA

Roque Le de Almeida Santos faleceu em residência, 94 anos, viúvo, auditor fiscal, natural de São Miguel das Matas-BA

Edna Silva Fernandes faleceu em residência, 88 anos, economista, natural de Salvador-BA

Aida Zollinger de Carvalho faleceu no Hospital Aliança, 77 anos, casada, professora, natural de Salvador-BA

Maurício de Couto Jonas faleceu no Hospital São Rafael, 44 anos, casado, bancário, natural de Salvador-BA

Valfrânio Francisco Rodrigues Moraes Almeida faleceu na UPA - São Marcos, 62 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Maridalva Mendes Lima Rios faleceu no Hospital Português, 75 anos, viúva, professora, natural de Várzea-BA

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br

SALVADOR HOJE
24° 30°

SALVADOR AMANHÃ
24° 30°

CPTEC INFORMA Hoje, a previsão do tempo para a capital baiana é de muitas nuvens com chuva.

1 REMANSO	2 JUAZEIRO	3 PAULO AFONSO	4 FORMOSA DO RIO PRETO	5 IRECÊ	6 JACOBINA	7 FEIRA DE SANTANA	8 LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	9 BARREIRAS	10 BOM JESUS DA LAPA	11 VITÓRIA DA CONQUISTA	12 ILHÉUS	13 PORTO SEGURO	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA
22° 36°	19° 37°	20° 37°	20° 32°	18° 35°	17° 35°	20° 35°	20° 30°	20° 33°	20° 38°	17° 34°	23° 34°	22° 30°	20° 34°

HOJE	AMANHÃ	SEXTA-FEIRA	TEMPERATURAS
Alta 05h58 2,0m	Baixa 0h19 0,4m	Alta 0h50 0,5m	Brasil Mín. Máx.
Baixa 11h58 0,2m	Alta 06h27 1,9m	Baixa 06h59 1,8m	Brasília 19° 30°
Alta 18h18 2,1m	Baixa 12h28 0,3m	Alta 13h01 0,5m	Curitiba 18° 27°
-----	Alta 18h49 2,0m	Baixa 19h24 1,8m	Natal 24° 29°

NOVA	CRESCENTE	CHEIA	MINGUANTE	NASCENTE	POENTE
ATÉ 20/3	21 A 27/3	28/3 A 3/4	4 A 10/4	5h39	17h49

Mundo	Mín.	Máx.
Bogotá	8°	17°
Barcelona	8°	17°
H. Kong	21°	27°
Moscou	-3°	2°
Quebec	-1°	5°
Luanda	24°	30°

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

SUSTENTABILIDADE Em evento realizado pelo Sindicom, com apoio do Grupo A TARDE, especialistas apontaram biocombustível como uma solução acessível

Bahia é destaque no país em combustíveis não poluentes

RAUL AGUILAR

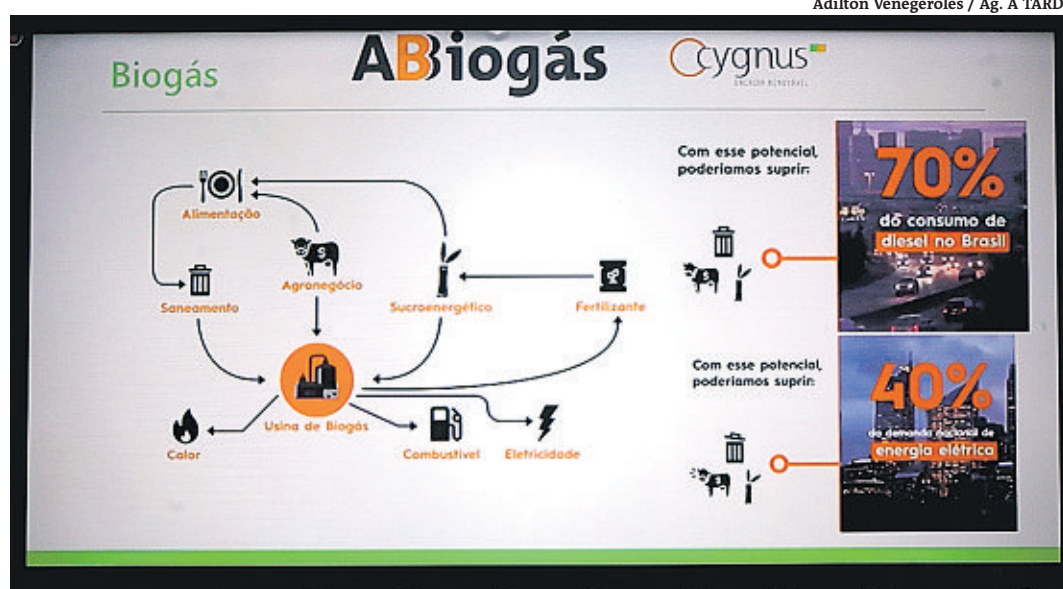
Visto como uma das alternativas para o Brasil nos próximos anos, os combustíveis renováveis foram debatidos em uma live realizada pelo Sindicato dos Combustíveis da Bahia (Sindicom), na tarde de ontem, com apoio do Grupo A TARDE.

O diretor-geral da Associação Nacional do Petróleo (ANP), Rodolfo de Saboia, abriu o debate lembrando a demanda cada vez maior para matrizes não poluentes, diante das mudanças no clima, ainda que num ambiente de incertezas econômicas, provocadas principalmente pela pandemia do coronavírus.

E a Bahia pode sair na frente, de acordo com o vice-governador, João Leão (PP), que também participou da live. "A Bahia é campeã no Brasil em energia solar e eólica", afirmou. Ele explicou que, com o polo sucroalcooleiro da região Oeste, a Bahia deverá alcançar a autossuficiência na produção para o consumo interno de álcool.

A discussão sobre a política verde dos combustíveis contou com a moderação do professor do Instituto de Biologia da Unicamp, Gonçalo Amarante, a participação de Thaynara Espindola, engenheira de Energia, doutoranda da Unicamp e pesquisadora dos impactos do RenovaBio; e de Ricardo Abreu, engenheiro mecânico especializado em motores de combustão interna e consultor da Bright Consulting.

O presidente do Sindicom, Luiz Gonzaga do Amaral Andrade, participou da live e ajudou na articulação entre os palestrantes.



Especialistas mostraram vantagens dos biocombustíveis no seminário de ontem

Para Thaynara Espindola, os biocombustíveis são uma alternativa real para transição do uso de combustível no Brasil, no caminho em busca do uso de uma matriz energética com uma "menor pegada de carbono". Mas ela ressalta que o processo de transição para fontes energéticas menos poluentes no Brasil não pode ocorrer de forma isolada, mas integrada aos aspectos econômicos e sociais das medidas adotadas.

"A precificação para redução da emissão, conhecida como créditos de carbono, já é uma política de mercado consolidada internacionalmente, sendo comercializada nas maiores bolsas de valores do mundo", explicou ela.

De acordo com Thaynara, o CBIO é uma moeda, a exemplo do Bitcoin (moeda digital), uma moeda ambiental. "No futuro o CBIO poderá ser adquirido por qualquer tipo de setor (que utiliza algum

tipo de combustível poluente)", afirmou.

Já o engenheiro Ricardo Abreu avalia que é preciso pensar o controle da emissão de poluente a partir da demanda e necessidade da cada cidade e região, através do chamado controle seletivo, praticado no Chile e no México. Ele avalia que não "precisamos de uma legislação só para todo o país".

Emissão de carbono

Na análise dele, em motores de combustão interna não existe uma "emissão" zero de carbono, mas sim uma busca pelo impacto zero no meio ambiente, de modo a conter o impacto no planeta.

"O aquecimento global é tão importante e tão dramático, e está ocorrendo tão rápido, que não é mais o momento de ficar discutindo qual é melhor, veículo elétrico ou de biocombustível (mas de agir para combatê-lo). Aquecimento global é

igual Covid-19, temos que achar a curva agora, se deixarmos a temperatura subir, pode não adiantar mais. A floresta que virou deserto não volta mais a ser floresta", destacou Abreu.

Ele classifica o biocombustível como uma solução acessível para o país, e avalia que veículo elétricos, por exemplo, poderão ser utilizados em corredores de transporte das grandes capitais, mas que não seria indicado para ser utilizado em toda frota no país, pelo alto custo do investimento e da não necessidade, por cada cidade ter o seu próprio nível de poluição.

Ricardo Abreu acredita que o caminho será o uso de várias fontes de energia simultaneamente, aliado ao empenho tecnológico na produção de energias limpas, sustentáveis e de baixo custo, até o momento em que o mundo poderá abrir mão definitivamente dos combustíveis fósseis.

INFRAESTRUTURA

"Campanha contra Fiol é desserviço", diz CBPM

DA REDAÇÃO

O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, reagiu ontem ao que classifica como sabotagem à licitação das obras da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), prevista para ocorrer no próximo dia 8 de abril, por grupos empresariais contrários ao desenvolvimento da logística ferroviária da Bahia. A postura desses grupos foi evidenciada, segundo ele, em reportagem veiculada ontem em jornal econômico de âmbito nacional, que traz viés contrário à conclusão do trecho entre Caetitê e Ilhéus, que já conta com 85% das obras concluídas e é considerado fundamental para que o estado ingresse no mercado de minério de ferro.

"As forças ocultas, que já conseguiram adiar por 10 anos a conclusão da Fiol, dão mais um passo, tentando influenciar a opinião pública e pressionar pela suspensão do leilão. Temos que ver quem tem interesse nisso. Sabemos que Vale e VLI perdem espaço, já que teriam logo de cara uma concorrência no minério de ferro e no modal ferroviário e mais adiante terão concorrência também no transporte de grãos vindos do oeste baiano e do Mato Grosso", analisa Antonio Carlos Tramm.

"As forças ocultas dão mais um passo, tentando influenciar a opinião pública e pressionar pela suspensão do leilão"

ANTONIO CARLOS TRAMM, CBPM

TRABALHO

Bahia é estado do Nordeste que mais gerou empregos

DA REDAÇÃO

A Bahia gerou 15.049 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro de 2021, segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgadas ontem. O órgão aponta ainda uma diferença entre 56.838 admissões e 41.789 desligamentos.

De acordo com a Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan), a Bahia ocupou em janeiro a primeira posição em relação à geração de postos formais de trabalho dentre os estados nordestinos e a sétima dentre os estados brasileiros. Em janeiro de 2020, 859 postos de trabalho foram criados. Conforme a Seplan, todos os setores geraram postos no mês de janeiro de 2021: Informação, comunicação e outras atividades (+3.207 postos), Comércio (+3.175 postos), Indústria geral (+2.701 postos), Construção (+2.469 postos), Alojamento e alimentação (+1.369 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+1.069 postos), Outros serviços (+478 postos), Transporte, armazenagem e correio (+369 postos), Administração pública (+210 postos) e Serviços domésticos (+2 postos).

No primeiro mês do ano, no Nordeste, sete estados

criaram posições de trabalho. A Bahia (+15.049 postos) liderou e foi acompanhada pelo Ceará (+7.872 postos), Rio Grande do Norte (+2.247 postos), Piauí (+1.624 postos), Pernambuco (+1.421 postos), Sergipe (+514 postos) e Maranhão (+65 postos). Em contrapartida, Alagoas (-198 postos) e Paraíba (-174 postos) encerraram posições celetistas. De fevereiro de 2020 a janeiro de 2021, a Bahia (+5.223 postos) seguiu a tendência apresentada pela região nordestina (+60.490 postos) e pelo país (+254.900 postos).

No interior

"A geração de trabalho na Bahia no primeiro mês deste ano ocorreu tanto na Região Metropolitana de Salvador quanto no Interior. De forma mais precisa, na RMS foram criados 4.588 postos de trabalho no primeiro mês do ano e no interior foram geradas 10.461 posições celetistas", diz o secretário do Trabalho, Davidson Magalhães.

Em janeiro de 2021, Salvador (+4.032 postos), Feira de Santana (+1.052 postos) e Vitória da Conquista (+671 postos) lideraram a criação de postos de trabalho formal. Por outro lado, Camaçari (-343 postos), Dias D'Ávila (-180 postos) e São Gonçalo dos Campos (-161 postos) foram os que mais fecharam posições postos.



Empresas baianas necessitam de medidas compensatórias para assegurar sobrevivência

A busca por soluções que garantam a sobrevivência das empresas baianas e, consequentemente, a manutenção de empregos e geração de renda para a população de Salvador e da Bahia é a principal pauta da Associação Comercial da Bahia (ACB), neste momento de agravamento da crise sanitária e econômica causada pela pandemia da Covid-19. As ações da diretoria da casa visam uma interlocução mais assertiva entre parlamentares e governantes, em âmbitos municipal, estadual e federal, na indicação de medidas compensatórias para o resgate da economia.

Em conjunto com outras entidades empresariais da Bahia, dentre as quais, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia, Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia, Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador, Associação Brasileira de Shopping Centers e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia – a ACB emitiu aos poderes públicos um ofício, na última sexta-feira, 12, solicitando uma série de deliberações, com o intuito de preservar as empresas, sobretudo, os trabalhadores e suas famílias.

A ACB intensificou o diálogo com as entidades empresariais de outros estados para que estas organizações também dialoguem com as bancadas federais dos seus estados, objetivando que o Poder Legislativo autorize ao governo federal ultrapassar o limite do teto de gastos para voltar as medidas provisórias urgentes de socorro às empresas, tais como o parcelamento incentivado de tributos, a isenção de tributos para setores mais afetados, a ampliação da carência das linhas de crédito ofertadas no ano passado e a oferta de novas linhas de crédito, entre outros. "Para que se possa preservar vidas humanas, sem que se aumente o desemprego e a fome no Brasil, é essencial que as autoridades atendam as necessidades de auxílio do empresariado", propõe o presidente da Associação Comercial, Mário Dantas.

Cientes de que a atividade comercial formal não é o principal vetor de transmissão do vírus, o presidente da ACB e demais lideranças empresariais indicam que, além do cumprimento a todos os protocolos sanitários, o escalonamento dos horários de funcionamento das atividades produtivas – comércio de rua, shopping centers e centros comerciais –, para minimizar o impacto do trabalho formal no transporte público e, consequentemente, diluir os focos de aglomerações, seria uma alternativa à prorrogação de um novo lockdown estabelecido pelos poderes públicos.

Em contrapartida, o empresariado baiano acredita que a retomada das atividades econômicas depende diretamente da imunização ampla da população. Neste momento, a Associação Comercial da Bahia vem a público conchamar o apoio e a sensibilidade das autoridades públicas e se colocar disponível para manter o constante diálogo com as três instâncias, municipal, federal e estadual, para que, juntos, possam superar esta difícil crise sanitária que todo o Brasil está enfrentando.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CURTAS

Braskem acelera empreendimentos

O programa de aceleração de startups, Braskem Labs, chega à sua sétima edição e está com as inscrições abertas até 26 de março, valendo para empreendedores do Brasil inteiro. Os candidatos devem acessar o site

<http://braskemlabs.com.br> para inscrever seus negócios de impacto socioambiental positivo. Assim como ocorreu em 2020, o Braskem Labs seguirá com suas etapas totalmente online.



Mário Dantas reforça que é essencial que as empresas recebam auxílio

FAMÍLIAS DE ESTUDANTES VÃO RECEBER R\$ 150

AUXÍLIO Um novo programa de apoio aos estudantes com famílias de baixa renda será implantado pelo governo do estado durante a pandemia. Uma bolsa no valor de R\$ 150 será oferecida a 292.987 alunos cadastrados no CadÚnico para fortalecer o vínculo com a escola e combater o abandono escolar. A iniciativa, somada ao vale-alimentação e o Mais Estudo, programa que garante R\$ 100 de bolsa para estudantes que dão monitoria aos colegas em Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica, totaliza mais de R\$ 410 milhões que serão destinados para assistência estudantil em 2021. “Até essa sexta-feira, iremos enviar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa e, assim que for aprovado, iremos dar início aos pagamentos”, disse o governador Rui Costa. A expectativa é que o programa dure seis meses.

Cresce interesse e oposição no leilão de ferrovia baiana

QUEBRA MONOPÓLIO A entrada em operação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) vai ajudar o Brasil a quebrar monopólios nas áreas mineral e ferroviária. A análise é de Antonio Carlos Tramm, presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). Para ele, a operação do primeiro trecho da estrada de ferro vai viabilizar projetos para a extração de minério de ferro em Caetité, como os das mineradoras Bamin e Vale do Paramirim. Além disso, a Fiol pode abrir o mercado ferroviário, atualmente concentrado entre dois grupos, para novos operadores. "Eu



Trecho entre Caetité e Ilhéus está 85% pronto; licitação será no dia 8

acredito que esta ferrovia será um divisor de águas no desenvolvimento da Bahia, mas ela será fundamental para o país também, porque irá viabilizar um novo corredor de desenvolvimento, ligando o Centro-Oeste ao li-

toral, além de ampliar a nossa capacidade para a produção de minério de ferro".

Para Tramm, a proximidade do leilão da ferrovia, marcado para 8 de abril, pode estar preocupando "setores que não gostariam de li-

dar com um aumento na concorrência". Ele cita reportagens publicadas ontem na imprensa nacional, contrárias à conclusão do trecho entre Caetité e Ilhéus, que já conta com 85% das obras concluídas. "As forças ocultas, que já conseguiram adiar por 10 anos a conclusão da Fiol, dão mais um passo, tentando pressionar pela suspensão do leilão".

O site especializado em infraestrutura Portos & Navios publicou em janeiro que a licitação do primeiro trecho da Fiol, antes visto como de interessante apenas para a Bamin, atraiu a atenção de outros players do mercado, como a VLI e fundos de pensão. O interesse cresceu diante da perspectiva de o governo levar adiante os demais trechos da Fiol, entre Caetité e Barreiras e desta até Figueirópolis, em Tocantins, o que trará cargas do agronegócio à via.

Regras da nova rodada do auxílio devem sair hoje

R\$ 150 A R\$ 375 O governo federal deve editar hoje a Medida Provisória com as regras de funcionamento do programa de pagamento da nova rodada do auxílio emergencial. O texto deve ser entregue diretamente pelo presidente Jair Bolsonaro ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) em cerimônia no Congresso, como aceno ao Centrão e também para potencializar os efeitos positivos que o benefício pode trazer à popularidade do presidente.

Segundo informações já divulgadas pelo ministro da Economia Paulo Guedes, o governo vai pagar quatro parcelas de R\$ 150 a R\$ 375 a cerca de 46 milhões de brasileiros. Apenas uma pessoa por família poderá ser

28

milhões de pessoas vão ficar de fora desta nova rodada do auxílio emergencial em relação ao total de beneficiados em 2020 segundo cálculo de entidades

contemplada. em 2020, foram cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300, com cotas em dobro para as mulheres chefes de família. Até duas pessoas na família podiam receber o repasse.

Após a publicação, a MP tem vigência imediata, e o Congresso pode aprová-la em até 120 dias, inclusive com alterações. A estratégia da equipe econômica é evitar mudanças, uma vez que o período de vigência do texto é suficiente para a operacionalização das quatro parcelas. Com isso, o governo evitaria que os parlamentares elevem o valor ou ampliem o alcance do auxílio - o que geraria a necessidade de mais recursos públicos investidos no programa. A fatia do orçamento destinada à ajuda aprovada na PEC Emergencial caiu para R\$ 44 bilhões. No ano passado, o governo destinou R\$ 292 bi-

lhões, segundo a Caixa Econômica.

Cálculos da Campanha Renda Básica que Queremos, composta por cerca de 270 instituições, entre sindicatos e organizações jurídicas e acadêmicas, indicam que 28,4 milhões de pessoas vão ficar de fora do novo auxílio emergencial em relação ao número de beneficiados no ano passado, quando 68,2 milhões foram contempladas pelo programa.

Além disso, a maior parte dos beneficiados pela nova rodada de pagamentos do auxílio emergencial vai receber a quantia mínima, de R\$ 152, segundo o jornal O Estado de S. Paulo. Serão cerca de 20 milhões de famílias - 43% do total de contemplados estimado na nova rodada - na categoria "unipessoal", isto é, composta por apenas uma única pessoa.

Programa de corte de salários deve atingir 3 mi de trabalhadores

ESTIMATIVA A nova rodada do programa que permite às empresas cortarem jornada e salário e também suspender contratos de trabalho temporariamente deve ter custo total entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões para o governo, responsável por pagar um benefício emergencial aos trabalhadores atingidos por essas medidas. A estimativa considera que entre 2,7 milhões e 3 milhões de acordos serão fir-

mados entre patrões e empregados nas duas modalidades, segundo documento obtido pelo jornal O Estado de São Paulo.

Os dados, divulgados em reportagem, constam em nota técnica produzida pela Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho do Ministério da Economia em 9 de março de 2021. Os técnicos ainda podem refinar os números, sobretudo se o quadro de agravamento da

pandemia de covid-19 indicar maior demanda pelo programa.

Segundo o jornal, o governo prepara reformulação no seguro-desemprego para poupar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e conseguir direcioná-los ao benefício emergencial (BEm). O programa que permite os acordos para proteger empregos e aliviar o caixa das empresas deve ter duração de quatro meses.

BAHIA REGISTRA CRIAÇÃO DE 15 MIL VAGAS FORMAIS

EM JANEIRO A Bahia gerou 15.049 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro de 2021. O resultado positivo decorre da diferença entre 56.838 admissões e 41.789 desligamentos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados ontem. Nacionalmente, foram criados 260.353 vagas de emprego com carteira assinada em janeiro (1.527.083 admissões contra 1.266.730 desligamentos). Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), os números fazem do estado o que mais gerou novos empregos formais no primeiro mês deste ano no Nordeste e o sétimo em todo o Brasil. Os dados indicam que todos os setores geraram postos: Informação, comunicação e outras atividades (3.207), Comércio (3.175), Indústria geral (2.701), Construção (2.469), Alojamento e alimentação (1.369), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (1.069), Outros serviços (478), Transporte, armazenagem e correio (369), Administração pública (210) e Serviços domésticos (2 postos).

Tribuna

Raio Laser

Ativo eleitoral

Aliados do governador Rui Costa (PT) estão convencidos de que ele vai marcar um ponto grande com a população quando a vacina Sputnik V, que adquiriu por meio do Consórcio Nordeste, estiver disponível para a população. Do mesmo jeito que o governador

João Doria (PSDB), de São Paulo, único responsável pela chegada ao país da CoronaVac, que imuniza neste momento toda a faixa mais idosa da população em todo o Brasil, petistas acreditam que Rui poderá bater no peito e se atribuir o esforço pela disponibilização da imunização para os baianos, cravando o feito como um verdadeiro ativo eleitoral para 2022, embora hoje as expectativas sejam de que o governador conclua o mandato até o fim.



Rui Costa

Tribuna

Bahia destina mais de R\$ 410 mi em bolsas e auxílio para estudantes

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa anunciou ontem um novo programa de apoio aos estudantes da Educação Básica durante a pandemia na Bahia. Uma bolsa no valor de R\$ 150 será oferecida a 292.987 alunos cadastrados no CadÚnico. A iniciativa, somada ao vale-alimentação e o Mais Estudo, programa que garante R\$ 100 de bolsa para estudantes que dão monitoria aos colegas em Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica, totaliza em mais de R\$ 410 milhões que serão destinados para assistência estudantil em 2021. "A única condição exigida é que seus fi-

lhos mantenham a atividade escolar", afirmou.

Serão pagas parcelas mensalmente e a expectativa é que o programa dure seis meses. "Até sexta-feira, iremos enviar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa e, assim que for aprovado, iremos dar início aos pagamentos", explicou, anunciando ainda que outras medidas serão anunciadas nos próximos dias.

Os estudantes prioritizados correspondem a aproximadamente 37% do total de matriculados em toda a rede estadual, beneficiando mais de 257 mil famílias. O investimento anual previsto é de mais de R\$ 231 milhões. Para as famílias e estudantes serão ofertados também cursos formativos através do Instituto Anísio Teixeira (IAT).

Os alunos serão acompanhados pedagogicamente pelo professor da unidade escolar com o suporte mobilizador dos monitores do Programa Mais Estudo, Líderes de Classe e estudantes universitários voluntários. As famílias devem garantir, no mínimo, 85% de frequência dos estudantes nas aulas e a participação ativa nas atividades e avaliações escolares, a exemplo dos encontros de mães, pais ou responsáveis. Ao final de cada ano serão avaliados a redução do abandono, a elevação da aprovação e a elevação da média final dos estudantes atendidos.

Durante a transmissão, o governador também contou detalhes sobre a quinta parcela do Vale-alimentação estudantil, que será depositado a partir do dia 23 de



O GOVERNADOR Rui Costa anunciou ontem um novo programa de apoio aos estudantes da Educação Básica durante a pandemia na Bahia

março. Todos os estudantes regularmente matriculados na rede estadual em 2020 têm direito ao crédito de R\$ 55. Ao todo, serão destinados mais R\$ 44 milhões, que, junto aos recursos já creditados até agora, somam R\$ 220 milhões de investimentos com recursos próprios do Estado. O recurso será depositado no cartão Alelo, que os estudan-

tes já têm acesso, e poderá ser usado em qualquer um dos 18 mil estabelecimentos que aceitem a bandeira nos 417 municípios, distritos e povoados da Bahia. O cartão vale-estudantil é destinado, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios e a escolha do estabelecimento para a compra é de livre escolha do estudante.

Em conjunto com o ensino remoto da rede estadual de ensino, a Secretaria da Educação do Estado abriu o processo de seleção dos estudantes para o programa Mais Estudo. Serão oferecidas duas vagas de monitores por turma em todas as unidades escolares da rede estadual e os selecionados receberão uma bolsa de R\$ 100.

Tribuna

AL-BA deve votar hoje empréstimo de R\$ 1,5 bi pedido por governo Líder da minoria, Sandro Régis já anunciou que a bancada votará contra

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) deve votar hoje o empréstimo de R\$ 1,5 bilhão pedido pelo governador Rui Costa (PT), segundo a assessoria de comunicação da Casa. Na última segunda-feira, os deputados aprovaram o requerimento de urgência da matéria, que queima as etapas na tramitação da proposta no Legislativo baiano.

Líder da minoria na Assembleia, Sandro Régis (DEM) já anunciou que a bancada votará contra o texto com o argumento de

que "não pode ser votado de forma virtual" "É um projeto que merecia maior conhecimento e maior discussão dentro da Casa, até porque vai causar, sem dúvidas, um grande impacto financeiro futuro", afirmou. Na mensagem encaminhada à AL-BA, o chefe do Executivo baiano afirmou que o recurso, se aprovado, será para a "viabilização de investimentos previstos no orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental".

"Nós nem sabemos que obras são essas, nada é

especificado. A AL-BA tem mais uma vez a oportunidade de ser um órgão fiscalizador, não pode se curvar ao Executivo, se tornando uma secretaria de Estado", criticou o parlamentar democrata. Segundo a oposição, no ano passado, o governo de Rui Costa já acumulava R\$ 5 bilhões em operações de crédito, levando em consideração a cotação do dólar e do euro do início de 2020. Com este novo pedido, o número pode saltar para mais de 6 bilhões, o que representa quase R\$ 1 bilhão em empréstimos por ano.

Líder do governo na AL-BA, Rosemberg Pinto (PT)

defende a proposta. "O empréstimo garantirá os investimentos necessários, que serão totalmente paralisados no estado, porque todos os recursos estão sendo redirecionados para salvar vidas, para combater a Covid-19", declarou. "A maioria das obras privadas no Brasil está paralisada, e na Bahia não é diferente. O Estado é capaz de motivar e garantir investimentos para gerar renda a uma população que depende dessas obras. (...) Esse empréstimo repõe a área de investimentos em diversos setores, como a infraestrutura, com a Ponte Salvador-Itaparica", acrescentou.



A ASSEMBLEIA Legislativa da Bahia (AL-BA) deve votar hoje o empréstimo de R\$ 1,5 bilhão pedido pelo governador Rui Costa

Tribuna

Brasil abre 260 mil vagas de trabalho com carteira assinada em janeiro

ESTADÃO CONTEÚDO

A economia brasileira gerou 260.353 empregos com carteira assinada em janeiro deste ano, informou ontem o Ministério da Economia.

Esse foi o melhor resultado para janeiro de toda a série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que tem início em 1992. Até então, a maior geração de empregos formais, para esse mês, havia sido registrada em 2010 (+181.419 vagas).

O número de janeiro não leva em conta os efeitos das novas medidas de restrição impostas por governadores e prefeitos para evitar o colapso hospitalar com o agravamento da pandemia neste ano.

O resultado decorreu de 1,527 milhão de admissões e 1,266 milhão de demissões. Em janeiro de 2020, houve a abertura de 117.793 vagas com carteira assina-



A ECONOMIA brasileira gerou 260.353 empregos com carteira assinada em janeiro deste ano, informou ontem o Ministério da Economia

da.

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse que "o Brasil está gerando empregos e evitando demissões, a economia continua viva e pulando".

"Tivemos mais um Caged histórico em janeiro,

o que ratifica nossas expectativas positivas. O resultado mostra o potencial do mercado de trabalho e o acerto de medidas do governo que adotamos no passado, no presente e continuaremos adotando no futuro para a proteção do emprego dos brasileiros", completou.

A maior parte do merca-

do financeiro já esperava um avanço no emprego em janeiro. O desempenho do Caged ficou dentro do intervalo das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que eram de abertura de 85.637 a 420 mil vagas a mais que demissões, sendo a estimativa mais comum criação de 179 mil postos.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o resultado recorde do Caged indica a retomada da economia brasileira e citou a diferença para outras recessões, em que houve destruição de empregos com carteira assinada. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 4,1%, mas houve saldo positivo no Caged. Guedes apareceu de surpresa no meio da entrevista coletiva sobre os dados de janeiro.

O ministro destacou o papel do Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, conhecido como BeM, na preservação de vagas formais e da concessão do auxílio emergencial para proteger os "invisíveis".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 17/03/2021	Página: 04

Tribuna

Bahia gera mais de 15 mil postos de trabalho em janeiro

REDAÇÃO

A Bahia gerou 15.049 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro de 2021. O resultado positivo decorre da diferença entre 56.838 admissões e 41.789 desligamentos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados nesta terça-feira (16) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

"Apesar do contexto sanitário mundial atípico, da pandemia da Covid-19, em janeiro a Bahia ocupou a primeira posição em relação à geração de postos formais de trabalho dentre os estados nordestinos e a sétima dentre os estados brasileiros. Vale destacar que a Bahia já vinha apresentando saldos positivos seguidos de geração de emprego com carteira assinada desde julho de 2020. Este saldo de janeiro ultrapassou o resul-

tado de dezembro, quando 502 postos de trabalho foram criados, sem as declarações fora do prazo", ressaltou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

O resultado também supera o de janeiro de 2020, quando 859 postos de trabalho foram criados. Todos os setores geraram postos no mês de janeiro de 2021: Informação, comunicação e outras atividades (+3.207 postos), Comércio (+3.175 postos), Indústria geral (+2.701 postos), Construção (+2.469 postos), Alojamento e alimentação (+1.369 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+1.069 postos), Outros serviços (+478 postos), Transporte, armazenagem e correio (+369 postos), Administração pública (+210 postos) e Serviços domésticos (+2 postos).

No primeiro mês do ano, no Nordeste, sete estados criaram posições de trabalho. A Bahia (+15.049 postos) liderou e foi acompanhada pelo Ceará (+7.872 postos), Rio Grande do Norte (+2.247 postos), Piauí (+1.624 postos).

Uma breve reflexão acerca das recentes alterações tributárias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nos últimos dias, a vida dos contribuintes tem estado bastante agitada com as recentes alterações feitas pelo Poder Executivo, bem como pelos curiosos posicionamentos do STF. Foi redução de IPI sobre armas - afastada pelo STF através de decisão liminar por entender inconstitucional; redução de alíquota do PIS e COFINS para gás de cozinha e diesel; majoração de alíquota de CSLL para pessoas jurídicas do setor financeiro, mudança na noção de faturamento para efeitos de integrar a base de cálculo de CPRB e o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança de diferença de alíquota de **ICMS** para consumidores finais não contribuintes do referido imposto, que teve a surpreendente modulação dos efeitos para 2022.

Por óbvio que as consequências das alterações realizadas pelo executivo e entendimentos contraditórios do STF vão muito além da majoração ou redução da carga tributária ou da **arrecadação**, pois geram insegurança jurídica para os investidores e empresários que, além de afetados pela majoração dos tributos, observam a reiterada intervenção estatal em

diversos setores da economia.

Em todos os casos as medidas de redução de tributos de alguns setores têm por justificativa a função extrafiscal. Explico: existem tributos que possuem função eminentemente arrecadatória, como é o caso do Imposto de Renda, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Imposto sobre Serviços. Mas existem tributos que possuem função extrafiscal, ou seja, ele é cobrado a mais ou a menos para regular o mercado, seja para baratear o custo de um produto necessário para toda a população, quanto para desestimular o consumo de certos produtos.

Exemplo muito claro da função extrafiscal de um tributo é o IPI, o qual possui alíquotas maiores para cigarros e bebidas a fim de desestimular o consumo, por serem produtos danosos a saúde pela população, ao passo que as alíquotas para produtos de primeira necessidade são normalmente reduzida a fim de tornar o produto mais acessível para todos. Outros exemplos de impostos extrafiscais são o Imposto de Importação (II) e o Imposto de Exportação (IE).

No caso da redução da alíquota para zero do IPI sobre armas de fogo, o Governo justifica a extrafiscalidade com base do direito fundamental à segurança, entretanto, o Min. Luiz Edson Fachin, do STF, suspendeu a Resolução nº 126/2020 que zerou a alíquota sob a fundamentação de que 'cabe ao estado diminuir a necessidade de haver armas de fogo, por meio de políticas de segurança pública'. Nesse contexto, cabe indagar se o STF pode afastar redução de alíquota do IPI por não considerar válida a motivação extrafiscal estabelecida pelo Poder Executivo, e essa resposta só iremos obter com o julgamento de mérito da

ação em curso do STF.

Já a redução das alíquotas do PIS e da COFINS através do Decreto nº 10.638/2021 respeita a exceção ao princípio da legalidade expressamente constante no art. 27 §2º da Lei nº 10.865 e convalidada pelo STF em recente julgamento, mas ao prever sua aplicabilidade a partir de março acaba por violar o princípio da anterioridade nonagesimal (leis tributárias só podem vigorar 90 dias após a sua publicação), mas é óbvio que por se tratar de redução de tributos ninguém deve reclamar sobre a aplicação antes de vencido o prazo de 90 dias. Com toda certeza se fosse o caso de reestabelecimento de alíquotas já teríamos inúmeros contribuintes recorrendo ao judiciário para afastar a cobrança majorada antes de decorridos 90 dias da publicação do decreto.

Medida mais pesada e impactante e que tem função arrecadatória - até para compensar a perda de receita decorrente das reduções dos tributos incidentes sobre gás de cozinha e diesel - foi a majoração da alíquota de CSLL para as pessoas jurídicas do setor financeiro - instituições bancárias terão alíquotas majoradas de 15 para 25%, o que levou a uma completa instabilidade de tais empresas no mercado financeiro, com enorme oscilação negativa do preço das ações na bolsa de valores.

Nesse caso a majoração da alíquota se deu através da Medida Provisória nº 1.034/2021, que deverá ser validada pelo Congresso Nacional, submetendo-se ao princípio Constitucional da Legalidade. Também em respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal (eficácia apenas 90 dias a partir da publicação da lei), a CSLL com as alíquotas majoradas só serão exigidas a partir de 01 de julho de 2021.

Nesse ponto vale destacar que a Medida Provisória nº 1.034/2021 poderá ou não ser convertida em lei pelo Congresso Nacional no prazo de 60 dias prorrogáveis por mais 60 dias. Caso o Congresso não converta total ou parcialmente a MP em lei, os dispositivos não convalidados perderão a sua eficácia desde a data da sua publicação. Alterar a legislação tributária por Medida Provisória não nos parece um caminho acertado, sujeitando o contribuinte à insegurança jurídica que pode passar a sofrer com a alíquota majorada do tributo sem que seja aprovada em definitivo sua exação, como já aconteceu tantas outras vezes em nosso País.

E as surpresas para os contribuintes não param por aí, e o STF não para de inovar em seus julgamentos. Senão o que foi o recente julgamento da ADIN nº 5.464, através do qual o STF entendeu que a cobrança de Diferença de Alíquota do **ICMS** - Difal - envolvendo consumidor final não contribuinte pressupõe a existência de Lei Complementar Federal, sendo, portanto, inconstitucional a cobrança até aqui realizada, já que inexistente a LC até a presente data? Entretanto, o STF modulou os efeitos para que as cobranças passem a ser consideradas indevidas apenas em 2022, ou seja, embora inconstitucional será mantida por mais longo período!!!

Assim, é de se concluir que nos últimos meses a segurança jurídica está passando longe do contribuinte, seja pela interpretação das matérias dada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelas incansáveis edições de leis e atos normativos que ora aumentam ora reduzem as alíquotas dos tributos; ora concedem benefícios fiscais (sim, a alíquota zero gera um grande benefício ao contribuinte), ora revogam os benefícios no reestabelecimento de alíquotas através de atos normativos infralegais.

Seja para o bem do contribuinte ou para o mal, a Constituição Federal deve sempre ser respeitada, a fim de garantir a segurança jurídica de nosso já tão confuso sistema tributário brasileiro.

*Roberta Maia Broder é advogada tributarista, sócia do Nogueira Reis Advogados, Mestranda em Direito Tributário Profissional pela FGV e especialista em negociação pelo Program on Negotiation da Harvard Law school

*Os artigos reproduzidos neste espaço não representam, necessariamente, a opinião do Bahia Notícias

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Veículo: Política Livre	
Data: 17/03/2021	Caderno: Economia



16 de março de 2021 | 20:45

Bahia abre 102 novos leitos para Covid-19 nas últimas 48 horas

BAHIA

Em um esforço para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes com o diagnóstico de coronavírus (Covid-19), a Bahia abriu 102 novos leitos, sendo 30 de terapia intensiva (UTI), nas últimas 48 horas. Do total, 46 foram abertos em Salvador e 50 distribuídos entre os municípios de Feira de Santana, Caetité, Guanambi e Alagoinhas.

“Estamos determinados a salvar vidas e, para isso, o governador Rui Costa autorizou abrir o máximo de leitos possíveis. Somente o Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, Hospital Metropolitano e Riverside injetarão na rede 500 novos leitos de UTI e clínicos”, afirma o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

No desafio de assegurar as escalas de profissionais de saúde e a infraestrutura necessária, foram abertos novos leitos na Arena Fonte Nova (16), Hospital das Clínicas (30), Hospital Regional Dantas Bião (3), Hospital Estadual da Criança (23), Hospital Geral Clériston Andrade (10), Hospital do Câncer de Caetité (10) e Hospital Regional de Guanambi (10) nas últimas 48 horas.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 16/03/21	



LEÃO AFIRMA QUE “ETANOL É PROMISSOR NA BAHIA”



admin 16 Março, 2021

Os chamados combustíveis renováveis e do futuro – etanol, célula de hidrogênio, biogás, diesel verde, bateria para carro elétrico -, foram tema de seminário online na tarde desta terça-feira (16), que reuniu o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, cientistas de biocombustíveis e as federações dos setores produtivos da Bahia. O evento foi promovido pelo Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis e a Federação do Comércio (Fecomércio).

“Estamos debatendo o futuro. O Estado da Bahia, ao buscar uma nova matriz energética, sinaliza para esse universo de sustentabilidade. Somos favoráveis aos biocombustíveis, tanto que estamos implantando um Polo Bioenergético e Agroindustrial, com o propósito de instalar 11 usinas sucroalcooleiras que vão produzir energia de biomassa e etanol. A Bahia importa mais de 80% do álcool que consome e queremos, com isso nos tornar autossuficientes, competitivos, no setor”, destacou Leão na abertura do evento.

O seminário tratou da política verde dos Combustíveis e teve a participação do diretor geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), contra-Almirante Rodolfo de Saboia. Teve ainda palestras dos especialistas Gonçalo Pereira, Thaynara Espíndola e Ricardo Abreu. O evento teve apoio da Federação das Indústrias, SENAI/CIMATEC, Federação Nacional dos Postos de Combustíveis, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e Clube de Engenharia da Bahia.

Foto: Ascom/SDE

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 16/03/21	



CORTE DE SALÁRIO E SUSPENSÃO DE CONTRATOS DEVERÃO ATINGIR 3 MI



admin 16 Março, 2021

A nova rodada do programa que permite às empresas cortarem jornada e salário e suspender contratos de trabalho deve ter custo total entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões para o governo, responsável por pagar um benefício emergencial aos trabalhadores. A estimativa considera que 2,7 milhões a 3,0 milhões de acordos serão firmados entre patrões e empregados nas duas modalidades.

Os dados constam em nota técnica produzida pela Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho do Ministério da Economia em 9 de março de 2021. Os técnicos ainda podem refinar os números, sobretudo se o quadro de agravamento da pandemia de covid-19 indicar maior demanda pelo programa.

O governo prepara reformulação no seguro-desemprego para poupar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e conseguir direcioná-los ao benefício emergencial (BEm). O programa que permite os acordos para proteger empregos e aliviar o caixa das empresas deve ter duração de quatro meses.

Foto: Agência Brasil



Conquali debate tecnologia da informação para aprimorar gestão do estado

17 março 2021



Membros do Conselho de Qualidade do Serviço Público (Conquali) foram atualizados sobre o *status* de implantação dos projetos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) que estão em curso no estado e informados a respeito de novos planos. As ações foram debatidas na 19ª Reunião Ordinária do Conquali, realizada virtualmente, na manhã de terça (16), como forma de prevenção ao Covid-19.

As iniciativas em TIC fazem parte do projeto de transformação digital pelo qual o estado atravessa, capitaneado pela Secretaria da Administração (Saeb), em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodeb). “A ideia é promover a modernização da máquina pública, em consonância com o acelerado processo de *digitização* da sociedade, como forma de oferecer serviços cada vez mais eficientes para os cidadãos”, explicou o secretário da pasta, Edelvino Góes.

O Conquali é um comitê formado por representantes de seis órgãos estaduais, comandado pela Secretaria da Administração (Saeb), criado para avaliar e melhorar a qualidade da prestação do serviço público no Estado.

O secretário da Administração abriu a Reunião, por volta das 9h30, em transmissão pela plataforma digital Microsoft Teams. O primeiro ato foi a posse do novo conselheiro titular, José Muniz Rebouças, recém nomeado diretor executivo da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb).

Na sequência, os conselheiros foram informados sobre o estágio de elaboração da resolução que irá instituir o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, composto por usuários (cidadãos) e por representantes do poder público. O Conselho foi criado pela Lei Federal 13.460/2017 e tem a função acompanhar a prestação dos serviços públicos, participar da avaliação, propor melhorias, dentre outras atribuições.

O diretor do Detran, Rodrigo Pimentel, apresentou o *status* de implantação do projeto de *digitização* dos serviços do órgão. Pimentel informou que 66,61% dos serviços prestados pelo do Departamento Estadual de Trânsito já são totalmente digitais, a exemplo do CRLV-e, documento veicular que o proprietário obtém usando apenas um celular ou computador, por intermédio do aplicativo SAC Digital.

O diretor acrescentou que novos serviços digitais serão implantados até o fim desse ano, quando o órgão alcançará um total de 94% dos serviços *digitizados*. A próxima meta é tornar a emissão e a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em um serviço digital, ainda em 2021.

O diretor de pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos E Sociais (SEI), Jônatas do Espírito Santo, apresentou como funciona a novo formato da pesquisa contínua de satisfação da Rede SAC, que passou a ser realizada de forma totalmente digital, desde o momento da aplicação dos questionários até análise dos dados e disponibilização dos resultados. Aplicada de forma presencial anteriormente, a pesquisa passou a ser digital, durante a pandemia.

O risco de contágio da Covid-19 acelerou um projeto que já existia de transformar a pesquisa em um formato 100% digital. A aplicação de questionários de avaliação dos usuários sobre os serviços SAC passou a ser feita pelo e-mail, logo após o atendimento nos postos. Os dados coletados são enviados para um sistema Live Server e os resultados são armazenados em um banco de dados da Prodeb.

Os resultados também ficam disponíveis em um dashboard (um painel visual com informações, métricas e indicadores). O painel traz os números mais relevantes da pesquisa e dados estratégicos para os gestores do SAC, quanto o grau de satisfação dos usuários da rede.

Os resultados da pesquisa são atualizados mês a mês, possibilitando aos gestores uma visão realista e atual sobre a satisfação dos usuários com a qualidade do atendimento, com a estrutura física, com tempo de espera, dentre outros quesitos. Assim, os gestores podem tomar decisões e corrigir possíveis problemas, em tempo hábil.

O superintendente de Gestão e inovação da Saeb, Anderson Prazeres, falou sobre um novo caminho de transformação digital, que vai iniciar como projeto piloto na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). O plano é juntar duas tecnologias já existentes no Estado para possibilitar uma nova esteira de *digitização* de serviços para os cidadãos.

A Superintendência de Gestão da Inovação (SGI) estuda integrar o Sistema Eletrônico de Informações (sistema de processo eletrônico do Estado) com o SAC Digital (Plataforma de serviços do estado). Com as duas tecnologias interagindo, o cidadão é informado durante todo processo, sobre o *status* de realização do serviço que solicitou, até a fase final, quando o sistema avisa que foi concluído e está disponível para o solicitante.

Fonte: Ascom/ Saeb



Bahia gera mais de 15 mil postos de trabalho em janeiro e lidera o Nordeste

16 março 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

A Bahia gerou 15.049 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro de 2021. O resultado positivo decorre da diferença entre 56.838 admissões e 41.789 desligamentos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados nesta terça-feira (16) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan).

“Apesar do contexto sanitário mundial atípico, da pandemia da Covid-19, a Bahia ocupou em janeiro a primeira posição em relação à geração de postos formais de trabalho dentre os estados nordestinos e a sétima dentre os estados brasileiros. Vale destacar que a Bahia já vinha apresentando saldos positivos seguidos de geração de emprego com carteira assinada desde julho de 2020. Este saldo de janeiro ultrapassou o resultado de dezembro, quando 502 postos de trabalho foram criados, sem as declarações fora do prazo”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

O resultado também supera o de janeiro de 2020, quando 859 postos de trabalho foram criados. Todos os setores geraram postos no mês de janeiro de 2021: Informação, comunicação e outras atividades (+3.207 postos), Comércio (+3.175 postos), Indústria geral (+2.701 postos), Construção (+2.469 postos), Alojamento e alimentação (+1.369 postos), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+1.069 postos), Outros serviços (+478 postos), Transporte, armazenagem e correio (+369 postos), Administração pública (+210 postos) e Serviços domésticos (+2 postos).

Análise regional

No primeiro mês do ano, no Nordeste, sete estados criaram posições de trabalho. A Bahia (+15.049 postos) liderou e foi acompanhada pelo Ceará (+7.872 postos), Rio Grande do Norte (+2.247 postos), Piauí (+1.624 postos), Pernambuco (+1.421 postos), Sergipe (+514 postos) e Maranhão (+65 postos). Em contrapartida, Alagoas (-198 postos) e Paraíba (-174 postos) encerraram posições celetistas. De fevereiro de 2020 a janeiro de 2021, a Bahia (+5.223 postos) seguiu a tendência apresentada pela região nordestina (+60.490 postos) e pelo país (+254.900 postos).

Análise RMS e Interior

“A geração de trabalho na Bahia no primeiro mês deste ano ocorreu tanto na Região Metropolitana de Salvador quanto no Interior. De forma mais precisa, na RMS foram criados 4.588 postos de trabalho no primeiro mês do ano e no interior foram geradas 10.461 posições celetistas”, ressalta o secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Davidson Magalhães.

Análise Municipal

Em janeiro de 2021, Salvador (+4.032 postos), Feira de Santana (+1.052 postos) e Vitória da Conquista (+671 postos) lideraram a criação de postos de trabalho formal. Por outro lado, Camaçari (-343 postos), Dias D'Ávila (-180 postos) e São Gonçalo dos Campos (-161 postos) foram os municípios do estado que mais fecharam posições celetistas.

Fonte: Ascom/SEI



Estado da Bahia destina mais de R\$ 410 milhões em bolsas e auxílio para estudantes da Educação Básica

16 março 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Um novo programa de apoio aos estudantes da Educação Básica com famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica será implantado pelo Governo do Estado como parte das ações desenvolvidas durante a pandemia na Bahia. Uma bolsa no valor de R\$ 150 será oferecida a 292.987 alunos cadastrados no CadÚnico para fortalecer o vínculo com a escola e combater o abandono escolar. A iniciativa, somada ao vale-alimentação e o Mais Estudo, programa que garante R\$ 100 de bolsa para estudantes que dão monitoria aos colegas em Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica, totaliza em mais de R\$ 410 milhões que serão destinados para assistência estudantil em 2021.

O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa, nesta terça-feira (16), em transmissão ao vivo pelas redes sociais. “É um suporte para famílias de baixa renda em função das dificuldades econômicas, da recessão e do desemprego que aumentaram por conta dos efeitos da pandemia, principalmente para profissionais autônomos e que fazem parte das categorias de renda mais baixas. A única condição exigida é que seus filhos mantenham a atividade escolar, nesse primeiro momento, através de atividades remotas, e, assim que as aulas retornarem em um formato híbrido, mantenham a frequência e desempenho escolar. Serão pagas parcelas mensalmente. Quero pedir o apoio das famílias, porque essa condição deve ser mantida de forma constante para o recebimento do benefício”, afirmou.

A expectativa é que o programa dure seis meses. “Até sexta-feira, iremos enviar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa e, assim que for aprovado, iremos dar início aos pagamentos. A medida faz parte do programa Estado Solidário, que tem como objetivo apoiar os setores da sociedade mais impactados pelo momento econômico. Os detalhes serão apresentados ao longo da semana, com o anúncio de novas ações para outras parcelas vulneráveis da população. Vamos ajudar o máximo possível indo ao limite do possível dentro do equilíbrio fiscal do Estado”, concluiu o governador.

Os estudantes priorizados correspondem a aproximadamente 37% do total de matriculados em toda a rede estadual, beneficiando mais de 257 mil famílias. O investimento anual previsto é de mais de R\$ 231 milhões. O objetivo do programa é a permanência dos jovens nas escolas fortalecendo habilidades e competências em uma formação integral por meio da elaboração de projetos de vida e profissionais,

seguindo uma linha pedagógica multidisciplinar. Para as famílias e estudantes serão ofertados também cursos formativos através do Instituto Anísio Teixeira (IAT).

Os alunos serão acompanhados pedagogicamente pelo professor da unidade escolar com o suporte mobilizador dos monitores do Programa Mais Estudo, Líderes de Classe e estudantes universitários voluntários. Para a manutenção das bolsas, as famílias devem garantir, no mínimo, 85% de frequência dos estudantes nas aulas e a participação ativa nas atividades e avaliações escolares, a exemplo dos encontros de mães, pais ou responsáveis. Ao final de cada ano serão avaliados a redução do abandono, a elevação da aprovação e a elevação da média final dos estudantes atendidos.

Vale-alimentação

Durante a transmissão, o governador também contou detalhes sobre a quinta parcela do Vale-alimentação estudantil, que será depositado a partir do dia 23 de março. Todos os estudantes regularmente matriculados na rede estadual em 2020 têm direito ao crédito de R\$ 55. Ao todo, serão destinados mais R\$ 44 milhões, que, junto aos recursos já creditados até agora, somam R\$ 220 milhões de investimentos com recursos próprios do Estado.

O recurso será depositado no cartão Alelo, que os estudantes já têm acesso, e poderá ser usado em qualquer um dos 18 mil estabelecimentos que aceitem a bandeira nos 417 municípios, distritos e povoados da Bahia. O cartão vale-estudantil é destinado, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios e a escolha do estabelecimento para a compra é de livre escolha do estudante. Em caso de dúvida, o estudante deve entrar em contato com a escola onde está matriculado ou pelos canais da Ouvidoria (0800 284 0011 e e-mail ouvidoria@educacao.ba.gov).

Mais Estudo

Em conjunto com o ensino remoto da rede estadual de ensino, iniciado na segunda-feira (15), a Secretaria da Educação do Estado abriu o processo de seleção dos estudantes para o programa Mais Estudo. Os selecionados irão dar monitorias de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Científica da Educação Básica, contribuindo para a aprendizagem dos colegas durante o ano letivo 2020/21. Serão oferecidas duas vagas de monitores por turma em todas as unidades escolares da rede estadual e os selecionados receberão uma bolsa de R\$ 100, durante o período de vinculação ao programa.

A seleção começou na segunda-feira (15) e seguirá até o dia 26 de março, conforme o edital. O estudante não precisará ir na escola. Serão selecionados os estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª a 4ª séries do Ensino Médio e da Educação Profissional, que estejam regularmente matriculados na unidade escolar em que irá realizar a monitoria, tendo obtido aproveitamento com média final igual ou maior a oito (8,0) no ano letivo ou no trimestre anterior àquele em que será iniciada a seleção no Componente Curricular no qual pleiteia a monitoria.

Nas unidades escolares em que haja alunos com nota média igual ou maior que 8,0, em número insuficiente ao preenchimento das vagas disponibilizadas, serão considerados elegíveis, aqueles com nota/média igual ou maior que sete (7,0). O estudante também precisará ter nome na lista de pré-habilitados divulgada no Sistema de Gestão do programa, no site www.educacaobahia.com.br.

Outros critérios são: possuir Cadastro de Pessoa Física (CPF) devidamente regularizado; dispor de oito horas semanais, de acordo com o calendário definido pela equipe gestora e Coordenação Pedagógica da unidade escolar; e não estar atuando em outra monitoria. Para aderir ao programa, o gestor da unidade escolar deverá confirmar a participação do estudante através da inscrição da unidade escolar no Sistema de Gestão do programa, no site informado anteriormente.

Caberá à unidade escolar constituir comissão de seleção dos monitores e organizar a forma de distribuição dos grupos de estudo para cada turma, sob a responsabilidade do estudante monitor, considerando as diretrizes da SEC. A forma de distribuição dos grupos de estudo será especificada no Documento de Orientações Pedagógicas do Programa Mais Estudo.

Repórter: Tácio Santos



Bahia abre 102 novos leitos para Covid-19 nas últimas 48 horas

16 março 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Em um esforço para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes com o diagnóstico de coronavírus (Covid-19), a Bahia abriu 102 novos leitos, sendo 30 de terapia intensiva (UTI), nas últimas 48 horas. Do total, 46 foram abertos em Salvador e 50 distribuídos entre os municípios de Feira de Santana, Caetité, Guanambi e Alagoinhas.

“Estamos determinados a salvar vidas e, para isso, o governador Rui Costa autorizou abrir o máximo de leitos possíveis. Somente o Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, Hospital Metropolitano e Riverside injetarão na rede 500 novos leitos de UTI e clínicos”, afirma o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

No desafio de assegurar as escalas de profissionais de saúde e a infraestrutura necessária, foram abertos novos leitos na Arena Fonte Nova (16), Hospital das Clínicas (30), Hospital Regional Dantas Bião (3), Hospital Estadual da Criança (23), Hospital Geral Clériston Andrade (10), Hospital do Câncer de Caetité (10) e Hospital Regional de Guanambi (10) nas últimas 48 horas.

Fonte: Ascom/Sesab



Hospitais para pacientes da covid-19 seguem com vagas de emprego abertas na Bahia

16 março 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

A necessidade de ampliação da oferta de leitos e dos serviços de saúde em decorrência da pandemia da Covid-19 impactou a geração de mais de 2 mil vagas de emprego na Bahia. Parte dessa demanda ocorre pela reabertura de leitos no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova e no Hospital Riverside, além da inauguração do Hospital Metropolitano, que deve ocorrer nas próximas semanas. As vagas de emprego estão concentradas nas áreas assistencial, administrativa e operacional e também em serviços de apoio, a exemplo de lavanderia, alimentação, segurança e higienização.

Somente no Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, que terá 200 leitos, são ofertadas 1.350 vagas de emprego para auxiliar administrativo, auxiliar de cozinha, auxiliar de higienização, auxiliar de suprimentos, enfermeiro, fisioterapeuta e técnico de enfermagem, dentre outros, com contratação imediata. A seleção está sendo feita com o apoio do Hospital do Subúrbio. Os interessados devem enviar currículo pelo [site da unidade](#), clicando em Contatos e depois em Trabalhe Conosco.

Segundo o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, mais de duas mil vagas de trabalho diretas foram geradas na rede de UTI e hospitais contratados pelo Governo do Estado e dedicados exclusivamente ao tratamento da Covid-19. “Nós temos previsão de abrir, ao longo das próximas três semanas, mais de 600 leitos hospitalares em toda a Bahia. Serão mais profissionais como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e assistentes sociais. Salvador, região metropolitana e várias cidades do interior do estado serão fortemente impactados positivamente pela abertura de leitos e pela injeção de recursos na economia local”, afirma.

Para o Hospital de campanha da Arena Fonte Nova já foram contratados cerca de 400 profissionais. A unidade está com vagas abertas para técnicos de enfermagem. O processo seletivo é realizado pela Obras Sociais Irmã Dulce (Osid), e os currículos devem ser enviados por e-mail para curriculo.hcaf@irmadulce.org.br. Não é possível realizar a entrega de documentos pessoalmente. Para o Hospital Riverside, a forma de envio de currículos será divulgada em breve, após a finalização do processo para definir a organização social que vai gerir a unidade.

O momento de enfrentamento da doença significa também a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho na área escolhida. A enfermeira Maria Carolina Soares conseguiu o primeiro emprego no Hospital de campanha da Arena Fonte Nova. “Enviei o meu currículo, fiz a seleção e hoje estou trabalhando aqui no hospital. É um momento que marca minha trajetória profissional. Além disso, posso me dedicar a ajudar outras pessoas que enfrentam essa doença”. **Repórter: Jairo Gonçalves**

E agora, BRASIL?

O GLOBO



AGENDA DE REFORMAS AVANÇA

Além de aprovar medidas de combate ao coronavírus, Legislativo garante que PECs tributária e administrativa vão tramitar até o fim do ano, o que permitirá um ambiente propício de negócios e de retomada da economia no pós-Covid

Embora a pandemia traga obstáculos à atividade legislativa, os presidentes da Câmara e do Senado reforçaram, durante o seminário on-line "E agora, Brasil?", a importância de dar sequência à agenda de reformas, com a tramitação ainda neste ano das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) tributária e administrativa. As medidas, no entendimento de Arthur Lira (PP-AL) e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), são consideradas importantes por parlamentares, entidades e membros da sociedade civil para criar um ambiente propício de negócios e de retomada da economia no pós-Covid, bem como para aliviar o orçamento público em um momento de crise.

Na avaliação de Lira, presidente da Câmara, a atual legislatura representa uma "janela de oportunidades", por se tratar em sua avaliação de um "Congresso reformista", empenhado na simplificação e desburocratização de normas tributárias. O tema é debatido em comissão mista, presidida pelo senador Roberto Rocha (PSD-MA) com relatoria do deputado Aqinaldo Ribeiro (PP-PB), formada com o objetivo de unificar propostas apresentadas na Câmara e no Senado. Segundo Lira, o objetivo é submeter o texto à sanção do presidente Jair Bolsonaro até o fim deste ano.

— Esta talvez seja a reforma mais importante, por-

que vai significar menos burocracia, mais simplificação e segurança jurídica para os investidores, trazendo um rumo normal de revisibilidade para empresas. Penso que o prazo estabelecido, de seis a oito meses (até a aprovação), é plenamente possível para um Congresso reformista — disse Lira.

No evento, Lira explicou que o objetivo é aprovar a reforma tributária "possível" em um ano de pandemia, com limitações ao encontro presencial de parlamentares.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

Na avaliação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o texto da reforma tributária precisará ser construído "a três mãos" por Executivo, Legislativo e Judiciário, em parceria com a sociedade civil, para assegurar que os pontos aprovados não fiquem sujeitos a modificações via resoluções executivas ou liminares judiciais.

— Estou muito otimista com a reforma tributária dentro da realidade que temos, de escolher um modelo que vai desagradar a alguns e agradar a outros. Não é a arte de conquistar, mas sim de ceder. Será um teste a todo instante, de quem é capaz de ceder para termos um sistema tributário mais lógico e enxuto — afirmou.

Lira e Pacheco citaram a aprovação da reforma da Previdência, em 2019, e da reforma trabalhista de 2017 como exemplos de que o

A PAUTA DO CONGRESSO EM 2021

Vacinação contra a Covid-19 e medidas com impacto na economia encabeçam prioridades do Legislativo



COMPRA DE VACINAS

Lei apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e sancionada por Bolsonaro no último dia 16, dá segurança jurídica para que a União, estados e municípios assumam riscos de efeitos colaterais de imunizantes, além de permitir à iniciativa privada a compra de vacinas para complementar o Plano Nacional de Imunização (PNI).



COMISSÕES DA COVID-19 NO CONGRESSO

O Senado formou, no último mês, uma comissão temporária de acompanhamento de ações do governo federal no combate à pandemia, incluindo a vacinação. A comissão funcionará por 120 dias. Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) debate uma ação semelhante, mas que inclui os governadores, membros das duas Casas, do Executivo e do Judiciário.



COBRANÇAS AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

No último dia 9, Lira e Pacheco enviaram ofício ao Ministério da Saúde solicitar informações sobre cronograma de vacinação e aquisição de insumos para os imunizantes, incluindo o planejamento em caso de imprevistos. Segundo Pacheco, a resposta servirá de base para futuras cobranças ao governo federal.



AUXÍLIO EMERGENCIAL

A PEC 186, promulgada pelo Congresso nesta segunda-feira, permitirá a retomada do pagamento do auxílio emergencial por mais quatro meses, além de criar gatilhos fiscais com o objetivo de dar segurança aos gastos de estados e municípios durante a crise sanitária e econômica.



AGENDA DE REFORMAS

A comissão mista que trata da reforma tributária deve ter, ainda neste semestre, um parecer consolidando propostas que tramitam na Câmara, de autoria do deputado Balesa Rossi (MDB-SP), e no Senado, apresentada por Davi Alcolumbre (DEM-AP). A expectativa de Lira é que a tramitação leve até oito meses. Já a reforma administrativa, enviada pelo governo em 2020, começa a tramitar nesta semana na CCJ da Câmara.



PRIVATIZAÇÕES

Projetos enviados neste mês pelo governo federal para capitalização da Eletrobras e privatização dos Correios já têm relatoria definida na Câmara. No caso da estatal de energia, articulado via medida provisória, o Congresso terá 120 dias para análise. Lira pretende enviar o texto ao Senado, já com as devidas alterações, até 20 dias antes do fim do prazo. O presidente da Câmara se diz favorável ainda a medida semelhante em relação à Petrobras.

Congresso é capaz de chegar a "denominadores comuns" na pauta reformista.

Já o projeto da reforma administrativa, enviado pelo governo federal ao Congresso no ano passado, iniciou sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta semana, com a designação da relatoria. O projeto prevê, entre outros pontos, que o benefício da estabilidade no setor público fique restrito às chamadas carreiras típicas do Estado, o que tende a permitir enxugamentos na folha.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Para o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, é fundamental que o esforço no combate à pandemia seja acompanhado por medidas que permitam a retomada econômica.

— O Brasil tem urgência de vencer a Covid-19, mas também de retomar o caminho do crescimento sustentável no pós-pandemia. O Congresso vai desempenhar papel fundamental nessa retomada, com a definição de uma pauta alinhada com os anseios da população e das forças produtivas. O presidente da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, mostraram que estão bem sintonizados com as demandas da sociedade e conscientes dos grandes desafios que temos pela frente.

Defesa do controle do Orçamento

> Durante o "E agora, Brasil?", Arthur Lira reforçou seu apreço por uma causa pela qual vem discutindo publicamente desde que assumiu a presidência da Câmara, em fevereiro: a intenção de submeter o Orçamento da União ao controle do Congresso e, ao mesmo tempo, desvincular os gastos públicos de despesas obrigatórias para garantir

flexibilidade aos gestores brasileiros.

— O Congresso daqui a mais uns anos, deve estar politicamente preparado para travar essa discussão. Nós, parlamentares, somos quem mais conhecemos as necessidades do país e a realidade do povo, pois voltamos toda semana para nossos estados — disse Lira.

> O deputado já havia mencionado, inclusive em entrevista ao GLOBO, o objetivo de retirar do Executivo o controle orçamentário. Durante o evento, chegou a mencionar que sua linha de pensamento segue um padrão internacional:

> — O modelo atual não é o melhor. Vamos avançando paulatinamente

o Congresso vem despertando para entender que o Legislativo é quem realmente manda nos Orçamentos no mundo inteiro — pontuou Lira, citando os Estados Unidos como modelo a ser seguido.

> Na mesma fala, Lira defendeu a extinção das rubricas obrigatórias no Orçamento para gastos com

áreas específicas — hoje, as chamadas "despesas carimbadas" chegam a 96% das despesas.

> — Da maneira totalmente vinculada, como é hoje, não há margem para qualquer alteração. Nós ficamos remediando o Orçamento durante todo o ano, sem previsibilidade — criticou Lira.

AVAL PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Legislativo também sinaliza que venda dos Correios é uma das prioridades

A proposta de capitalização da Eletrobras, apresentada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro na forma de uma medida provisória, tem o apoio tanto do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) quanto do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os dois parlamentares avaliaram como razoável o modelo que prevê uma redução da participação da União na estatal, responsável por 30% da energia do país, por meio da emissão de novas ações vendidas no mercado.

— É uma medida tolerável

sob o ponto de vista da inteligência de mercado, de conciliar a preservação de um ativo que pertence a todos os brasileiros, mas que seja um ativo valorizado pela possibilidade de competitividade daquela empresa da qual a União participa — destacou Pacheco.

O texto estabelece a possibilidade de veto da União em decisões estratégicas (golden share) e que nenhum acionista poderá ter mais de 10% do capital da Eletrobras. Para o presidente da Câmara, a solução encontrada pelo governo é uma forma mais “brandia” de enfrentar o tema das

privatizações. Lira pontuou que o texto deve sofrer ainda modificações na Casa, mas que deve ser entregue ao Senado “muito antes do prazo combinado”, com tempo suficiente para que seja discutido entre os senadores.

O parlamentar ressaltou que pela tramitação da capitalização da Eletrobras não ocorrer como proposta de emenda à Constituição (PEC), mas por medida provisória, deve ter sua aprovação facilitada. O primeiro passo, segundo Lira, que é a nomeação de um relator, o deputado Elmar Nascimento



Terras de energia. Desestatização da Eletrobras já tramita no Congresso

to (DEM-BA), já foi dado.

Rodrigo Pacheco declarou ser a favor das privatizações, mas defendeu que elas sejam analisadas caso a caso. Na sua avaliação, algumas empresas estatais altamente lucrativas precisam, na verdade, de uma governança pública as-

similhada à governança cor-

porativa do setor privado. — Não pode haver um entreguismo do patrimônio nacional, mas o patrimônio nacional não pode ser preservado a qualquer custo, inclusive da competitividade — ressaltou o presidente do Senado.

O presidente da Câmara sinalizou que a privatização

dos Correios também está entre as prioridades da Casa e revelou que o deputado Gil Cutrim (sem partido-MA) deve ser nomeado relator do projeto esta semana. Lira defendeu ainda que o Congresso faça debates sobre uma eventual desestatização do controle da Petrobras, em um modelo semelhante ao discutido para a Eletrobras, com redução da participação da União na empresa:

— Tem que ver na ponta do lápis. Com muita calma, penso que o Congresso é o lugar ideal para essas discussões sejam travadas.

Já Pacheco ponderou que há setores que são estratégicos, como o de energia, e avaliou ser possível conciliar a necessidade de não se perderem ativos importantes nacionais e dar competitividade às estatais por meio de concessões, capitalizações e parcerias público-privadas.

APRESENTADO POR  **CNC**
Senac Senac

CNC aponta prioridades para retomada econômica

Instituição destaca propostas fundamentais para impulsionar o desenvolvimento enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional

Medidas de equilíbrio das contas públicas e geração de emprego e renda serão fundamentais para a retomada da economia, e cabe ao Congresso Nacional a responsabilidade da votação das propostas do governo. Nesse cenário voltado para a recuperação do setor produtivo e a melhoria do ambiente de negócios, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) listou os projetos que, se aprovados, darão impulso ao setor

terciário e abrirão caminho para um novo ciclo de desenvolvimento.

Entre as 35 propostas enviadas pelo Executivo ao Congresso como prioridades, a CNC destaca as reformas tributária e administrativa, a PEC Emergencial e os marcos legais de setores como eletricidade, gás natural, ferrovias e navegação de cabotagem (veja as prioridades abaixo).

A simplificação do sistema fiscal, com unificação dos tributos sobre o consumo, é um passo essencial no

caminho para a retomada econômica. A CNC é favorável à reforma, sem aumento da carga tributária e sem prejuízo às empresas e aos trabalhadores.

— Estou confiante de que a reforma vai contribuir para a geração de empregos e renda e para a recuperação da economia. Nosso propósito é colaborar com ideias e reflexões nesse sentido e algumas das nossas sugestões já foram, inclusive, acatadas pelo governo — afirma o presidente da Confederação,



José Roberto Tadros, que lidera grupo de trabalho criado pela CNC para analisar os projetos de reforma tributária.

Outra prioridade, a PEC Emergencial, que propõe medidas de controle das despesas obrigatórias e reequilíbrio fiscal, será decisiva para a recuperação da confiança dos investidores, na avaliação de Tadros.

— É preciso se atentar à dívida pública interna e evitar o aumento da carga tributária. É fundamental garantir um ambiente de segurança jurídica e o fortalecimento da democracia, com poderes harmônicos, mas independentes entre si, para que o Brasil seja reconhecido como um país moderno, dinâmico e ativo. Um novo Código Comercial e o marco legal das start-ups também são fundamentais para levar modernidade e inovação à economia. Para recuperar confiança e apostar no futuro, porém, será essencial, na análise da CNC, um novo modelo de Estado, com a reforma administrativa: menos custo para a sociedade, mais eficiência na administração pública.

VEJA AS PRIORIDADES DA CNC

PAUTA DO GOVERNO ENVIADA AO CONGRESSO

Acesse o site



Reforma tributária*

Unificação dos impostos
simplifica o sistema tributário
Reforma administrativa
Nova regras para servidores, empregados públicos e organização do Estado
PEC Emergencial
Propõe medidas de controle do crescimento

das despesas obrigatórias Novo marco regulatório do setor elétrico

Dispõe sobre modelo comercial do setor elétrico, portabilidade e concessões
Nova lei do gás
Permitirá atuação de novas empresas na distribuição de gás natural
Marco legal das ferrovias

Proposta fomentará o desenvolvimento nacional e regional

Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR de Mar)
Propiciará a ampliação do transporte por cabotagem
Start-ups*
Será benéfico para todo o setor de comércio de bens, serviços e turismo

Debêntures de infraestrutura

Títulos amenizam os impactos da retração da economia
PLP 133/2020
Propõe o uso dos fundos públicos para combater a pandemia
PEC da revisão dos fundos*
Permite maior

austeridade fiscal e saneamento das contas públicas

Pacto federativo
Trará ajuste fiscal e modificará estrutura do orçamento federal
Marco legal do mercado de câmbio
Novas regras aumentam a segurança jurídica e atraem investimentos.

PRIORIDADES DA CNC, ALÉM DA PAUTA DO GOVERNO

Renegociação extraordinária do FNO, FNE e FCOM
Programa Extraordinário da Regularização Tributária
Reforma do Código Comercial
Combate à pirataria

Economia



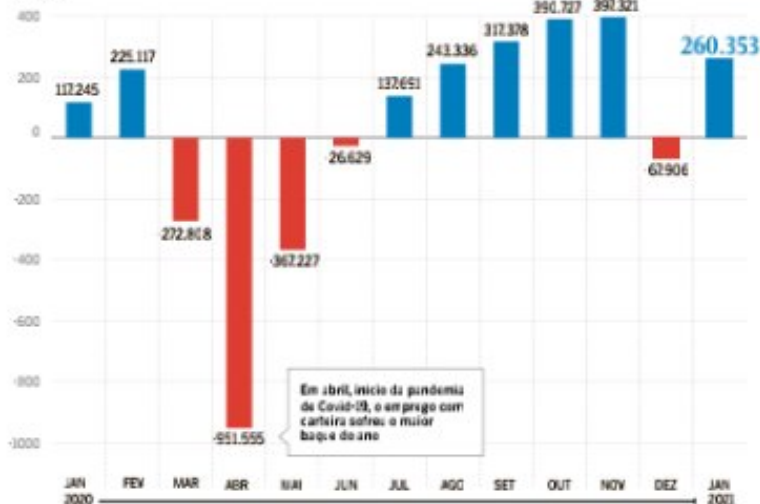
NO REINO UNIDO

Uber concede a motoristas status de funcionários

Com a média, 70 mil condutores terão direito a salário mínimo e férias remuneradas g1a.br/3eNt4EMH

OS NÚMEROS DO MERCADO FORMAL

EVOLUÇÃO DO SALDO DO EMPREGO (SALDO)



Fonte: Ministério da Economia

IMPACTO DO BEM

VAGAS COM CARTEIRA

Brasil abre 260 mil postos em janeiro. Acordos na pandemia frearam demissões

FERNANDA TRISTÃO
Formosa leonardofilipe@globo.com.br
ass:1

No primeiro mês sem medidas emergenciais contra a Covid-19, o mercado formal de trabalho registrou resultado positivo, ainda influenciado pelo efeito do programa de manutenção de emprego de 2020. Em janeiro, o Brasil criou 260.353 vagas com carteira assinada, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem. Foi o melhor resultado para o mês

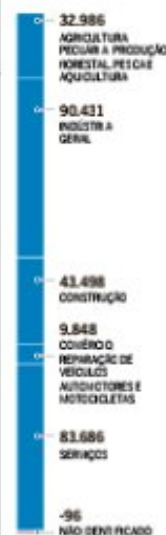
desde 1992, quando teve início a série histórica do Caged. Parte do saldo positivo está relacionada ao impacto da medida de redução de jornada e suspensão de contrato, que, ao prever estabilidade a quem fez acordo, conteve as demissões. Embora a legislação tenha vigorado só até dezembro, 3,5 milhões de trabalhadores ainda tinham direito à proteção no primeiro mês deste ano. Também contribuiu para a abertura de postos de trabalho o fato de que, em janeiro, o agravamento da pandemia ainda

não tinha levado a restrições mais duras para conter o vírus, e o país vivia um afrouxamento das medidas de distanciamento social. Com as vagas criadas de julho de 2020 a janeiro deste ano, o país recuperou os postos formais que foram fechados na primeira onda da pandemia. **INDÚSTRIA E SERVIÇOS** Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, que participou da divulgação do balanço, os números indicam que a economia está em recu-

peração. Além do Caged, ele fez menção ao crescimento econômico de 1% registrado em janeiro, segundo dados do Banco Central (BC). — Há sinais por toda a parte de que a economia brasileira está de novo decolando — disse Guedes, que defendeu a vacinação em massa para garantir a retomada do emprego. O ministro confirmou que o governo reeditará neste ano o programa de redução salarial, também chamado de Benefício Emergencial (Bem). Ele afirmou, no entanto, que a medida está em análise pelo

presidente Jair Bolsonaro e também será submetida a líderes do Congresso. — Vamos renovar o Bem, exatamente para garantir a manutenção dos empregos. A reedição da medida está sendo discutida enquanto os efeitos residuais ainda são sentidos no mercado de trabalho. Segundo o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, o número de empregos estáveis por causa do programa, estimado em 3,5 milhões em janeiro, cairá para 3 milhões em março e chegará a 1,5 milhão em agosto.

POR SETORES



ACORDOS DE REDUÇÃO DE JORNADA E SUSPENSÃO DE CONTRATO FECHADOS EM 2020



Editoria de Arte

O saldo de vagas formais em janeiro foi resultado de 1.527.083 contratações e 1.266.730 demissões. A indústria foi o principal motor de geração de vagas, com 90.341 postos de trabalho criados, desconsiderados os desligamentos. O setor de serviços, muito impactado pelos efeitos da pandemia, teve o segundo melhor resultado, com 83.686 vagas com carteira assinada.

FEVEREIRO E MARÇO PIORES Para especialistas, o balanço reflete um momento da economia brasileira que não existe mais. Em janeiro, o país tinha um cenário de retomada, e medidas como fechamento de comércio para conter o coronavírus ainda não haviam sido tomadas. Tiago Tristão, economista da Genial Investimentos, esperava saldo positivo de 250 mil, mas a evolução no número de contratações decepcionou, indicando desaceleração na geração de vagas: — A evolução (das admissões) veio um pouco mais fraca do que se imaginava, por causa do desempenho das contratações. Se viesse um saldo de 260 mil com mais admissões e demissões, eu ficaria mais confortável. Isso parece indicar que o mercado de trabalho formal retorna ao um ritmo pré-crise, que é uma retomada mais lenta, e que esse evento positivo visto no Caged está no fim.

Para ele, o recrudescimento forte da pandemia em fevereiro e março vai influenciar os próximos meses. A mesma avaliação é feita pela economista da Coface para a América Latina, Patrícia Krause. — A gente vai recuperação da economia, claro que bastante desigual entre os setores. O IBC-Br (prévia do PIB do BC) mostrou crescimento em janeiro e muito por conta do setor de serviços, que tem grande peso em PIB e na questão de empregos. O setor está se abrindo — comenta ela, destacando que as medidas de restrição adotadas este mês em São Paulo, que representa 30% do PIB brasileiro, vão repercutir nos indicadores, inclusive de emprego.

Na contramão do país, Rio e mais dois estados têm saldo negativo

ass:1

Na contramão do desempenho no país, o Rio foi um dos três estados a registrar saldo negativo de empregos formais em janeiro. De acordo com o balanço do

Ministério da Economia divulgado ontem, a economia fluminense perdeu 44 vagas no primeiro mês do ano, atrás de Alagoas, com queda de 198 postos de trabalho, e Paraíba, com perda de 178. Nas outras 24 unidades da

federação, as contratações superaram as demissões. Em entrevista coletiva, o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, destacou o resultado ruim do Rio: — O Rio de Janeiro foi o estado que mais fechou postos

no acumulado de 2020 e ainda não apresenta sinais de recuperação em janeiro de 2021. Os dados do Caged também mostram desigualdade na geração de vagas, considerando fatores como o

grau de instrução. De acordo com o levantamento, das vagas geradas em janeiro, 198.948 foram ocupadas por pessoas com nível de instrução variando do ensino médio completo ao superior completo, o que repre-

sentou 76,4% do total de postos de trabalho criados. — Boa parte dos empregos gerados atingiu as pessoas com nível médio completo e superior completo. Foram as duas categorias de instrução escolar que mais tiveram crescimento — observa Fábio Astrauskas, diretor executivo da consultoria Siegen. (Fernanda Tristão)

Câmara aprova texto principal do novo marco do gás

Parlamentares rejeitam mudanças apresentadas no Senado. Governo avalia que projeto pode atrair investimentos ao setor

MANOEL VENTURA E BRUNO GÓES
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados rejeitou, na noite de ontem, alterações feitas pelo Senado no projeto de lei que muda o marco regulatório do setor de gás natural. A proposta foi enviada ao Congresso pelo governo em 2019 e começou a tramitar pelos deputados no ano passado.

Parlamentares decidiram retirar pontos incluídos pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) em dezembro. Na noite de ontem deputados ainda avaliavam destaques ao texto. Após essa etapa, o projeto, segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O projeto faz parte do plano Novo Mercado de Gás, com o

qual o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende promover o que ele chama de "choque de energia barata" para incentivar uma reindustrialização do país. O novo marco, segundo o ministro, pode estimular investimentos de cerca de R\$ 40 bilhões.

O novo marco para o gás é uma aposta do governo para estimular investimentos e ajudar a acelerar a recuperação da economia pós-pandemia.

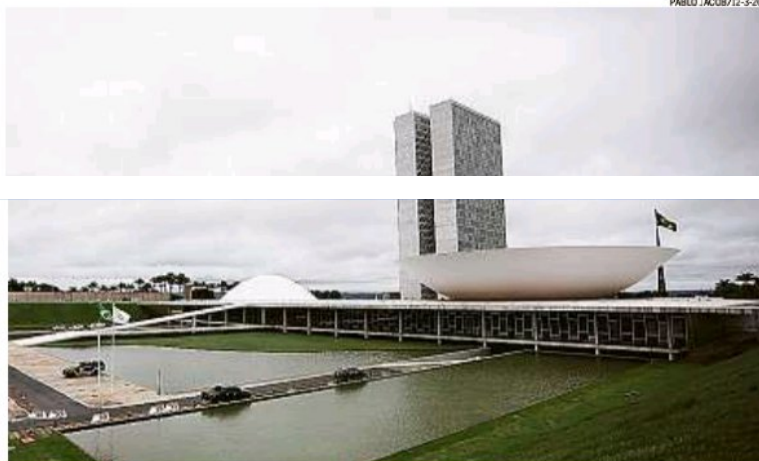
Deputados retiraram do texto trecho que flexibilizou a proibição de haver relação societária entre transportadores de gás (os grandes gasodutos ligando unidades de produção e distribuidoras) e produtores e comercializadores.

A Câmara alterou ponto que garantia os direitos e as autori-

zações às transportadoras dos gasodutos em implantação ou processo de licenciamento ambiental em 5 de março de 2009. Além disso, deputados preservaram o poder da Agência Nacional do Petróleo (ANP) na definição de regras nacionais do setor, dando mais autonomia aos estados.

O plano envolve, entre outras medidas, o fim do monopólio da Petrobras no segmento. A estatal já decidiu deixar o negócio de distribuição de gás para viabilizar a abertura do mercado nos estados. A Petrobras firmou acordo com o Cade, órgão de defesa da concorrência, para abrir espaço no setor de transporte de gás.

O texto muda regras federais para garantir abertura do mercado de gás. Com



Mudança. Projeto aprovado na Câmara prevê, entre outras medidas, o fim do monopólio da Petrobras no segmento

Principais pontos do texto

Produção e escoamento: Ampliação da produção de gás natural, com a entrada de novos agentes do setor, eliminando o monopólio da Petrobras. Também foi prevista a criação de regras de acesso com diretrizes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e arbitragem de conflitos.

Transporte: Desverticalização, com a venda de ativos de transporte pela Petrobras, e liberação de

capacidade em gasodutos para concorrentes.

Distribuição: Incentivos a mudanças nas regulações estaduais para abrir mercado e facilitar a figura dos consumidores livres, que podem estabelecer contratos diretos com os produtores. De acordo com o texto, a Petrobras também se comprometeu a vender sua participação na Gaspetro, sócia de várias distribuidoras.

mais competição, o governo espera redução de até 40% nos preços do combustível.

O projeto altera o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões. Impede também que uma empresa atue em várias etapas da produção.

CORREÇÃO

Diferentemente do publicado na página 17 da edição de ontem, o Ceará não está na lista de estados que poderiam acionar gatilhos previstos na proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial.

Governo envia projeto para garantir salários de servidor em abril

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Como o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei para garantir o pagamento de salário de funcionários públicos civis e mili-

tares a partir de abril. A situação está mais crítica nas Forças Armadas, que podem ficar sem dinheiro em abril.

A situação se repete em outros órgãos, como o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde não há dinheiro a partir de maio.

O próprio Ministério da Economia, além de órgãos vinculados como IBGE e Ipea, só tem dinheiro para pagar servidores até este mês.

A falta de recursos se deve a vários fatores e está ligada diretamente a uma regra orçamentária, prevista na Consti-

tuição, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias.

Por causa da sequência de rombos nas contas públicas, essa regra vem sendo quebrada desde 2019. Para evitar punição, o governo encaminha

ao Congresso, desde então, um pedido para se endividar. Enquanto o pedido é feito, várias despesas dependem de autorização dos parlamentares.

A situação piorou este ano porque o Orçamento total ainda não foi aprovado. Por isso, não é possível, tecnicamente,

fazer adequações dentro dos próprios órgãos para garantir o pagamento dos salários.

O projeto enviado ao Congresso esta semana tenta resolver essa situação ao permitir a troca de fontes orçamentárias. O recurso que será liberado não foi informado, mas deve ser suficiente enquanto o Orçamento não é aprovado.

A votação do Orçamento seja concluída até abril.

Guedes diz que alertou Bolsonaro sobre Petrobras

Ministro afirmou ao presidente que interferir na estatal poderia ter 'custo econômico pesado'. Para titular da Economia, eventual mudança na governança dependerá da nova gestão da empresa. Nome de Silva e Luna é aprovado em comitê da petroleira

BRASIL/EBC

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que alertou o presidente Jair Bolsonaro de que interferir na Petrobras poderia ter um "custo econômico pesado".

—É natural que um político se preocupe com isso, principalmente se a base eleitoral dele é dos caminhoneiros. O que nós dissemos ao presidente é que isto (interferência nos preços de combustíveis) tem um custo econômico pesado. Então, resultado: se o objetivo era baixar o preço do combustível, o que aconteceu com isso foi que os mercados começaram a subir o câmbio, a Petrobras perdeu valor, e o presidente mesmo falou: 'Mas, peraí, eu quero fazer isso organizadamente' —disse Guedes, em entrevista à CNN Brasil.

Insatisfeito com os reajustes de combustíveis após a escalada do petróleo no mercado internacional, Bolsonaro anunciou a troca no comando da estatal. Ele indicou o general Joaquim Silva e Luna para o lugar de



Impacto da decisão. Paulo Guedes diz que após ação do governo, Petrobras perdeu valor de mercado e dólar subiu

Roberto Castello Branco.

Em teleconferência com investidores para apresentar os resultados da petroleira, Castello Branco defendeu a política de preços da companhia, que repassa para a refinaria as flutuações nos preços do barril do petróleo e do câmbio.

Os aumentos sucessivos na gasolina e no diesel alimentaram queixas de caminhoneiros, que fazem parte

da base eleitoral do presidente. No ano, a gasolina acumula alta de 54% e o diesel, de 41,5%.

ASSEMBLEIA DIA 12

Após o anúncio de Bolsonaro para a presidência da estatal, parte dos integrantes do Conselho de Administração entregou o cargo. Uma assembleia marcada para o próximo dia 12 de abril deve

analisar a indicação de Silva e Luna e de novos nomes para o colegiado apontados pela União. Uma das etapas dentro do processo de sucessão foi concluída ontem, com a aprovação do nome de Silva e Luna pelo Comitê de Pessoas da Petrobras. Nesta fase é analisada a experiência profissional do indicado e se ele está em linha com o que é exigido no estatuto da companhia.

Eletrobras: privatização até 2022

> O governo incluiu a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND). A expectativa é que o processo seja finalizado em fevereiro de 2022. O anúncio foi feito após reunião do Programa de Parceira de Investimentos (PPI), que contou com o presidente Jair Bolsonaro, e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

> Para que a privatização saia do papel, é preciso que o Congresso aprove a medida provisória enviada pelo governo em fevereiro. O

governo espera que isso ocorra até junho.

> A secretária especial do PPI, Martha Seillier, destacou que o poder público não tem capacidade para fazer investimentos na empresa que são necessários para ganhar competitividade.

> Na mesma reunião, o governo incluiu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no PND, dando o primeiro passo para a privatização da estatal. (Gabriel Shinohara e Manoel Ventura)

Na entrevista, Guedes disse que uma eventual mudança na governança da empresa dependerá da nova gestão.

—O presidente, o CEO da Petrobras, na verdade, que é o Castello Branco, não terá seu contrato renovado. Por quê? Quer se mexer nessa governança? Isso é uma questão em aberto aí para o futuro. Vamos ver como esse novo presidente da Petrobras vai enfrentar esse pro-

blema ali na frente — afirmou o ministro.

Desde que a mudança na estatal foi anunciada, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu quatro processos administrativos para avaliar se houve irregularidade na troca. Estão sendo investigadas a maneira como a troca foi anunciada e até mesmo o currículo do general Joaquim Silva e Luna. (Colaborou Bruno Rosa)

Veículo: G1	Economia
Data: 17/03/2021	



Governo mantém estimativa para aumento do PIB em 3,2% mas prevê inflação mais alta em 2021

Expectativa de inflação subiu de 3,23% para 4,4%, acima do centro da meta prevista para este ano, que é de 3,75%. Informação foi divulgada por meio do Boletim Macrofiscal.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

17/03/2021 09h32 Atualizado há 25 minutos

O Ministério da Economia manteve em 3,2% sua expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021.

A informação foi divulgada nesta quarta-feira (17) pela Secretaria de Política Econômica da pasta, por meio do Boletim Macrofiscal.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à **pandemia de Covid-19** e ao aumento no número de contaminados e de mortes provocadas pela doença, que também tem gerado **reflexos negativos na economia**.

"As incertezas são elevadas com os desafios de enfrentamento à pandemia, mas deve-se considerar os indicadores no primeiro bimestre que apontam continuidade da recuperação da atividade econômica", informou o Ministério da Economia.

De acordo com a área econômica, a manutenção de uma "política monetária em terreno acomodatório", ou seja, juros baixos, a expansão da vacinação, o controle dos gastos públicos e a continuidade das reformas estruturais "possibilitarão a elevação da confiança e maior vigor da atividade ao longo de 2021".

Para o ano de 2022, a previsão oficial de alta do PIB do governo federal foi mantida em 2,5%.

A expectativa do mercado financeiro, apurada na semana passada, é **de que o PIB tenha uma alta de 3,23%** em 2021.

No fim de 2020, o **BC estimou um alta de 3,8% para o nível de atividade neste ano**, mas, em janeiro deste ano, avaliou que a pandemia pode gerar uma **"reversão temporária da retomada econômica"**.

Em 2020, **a economia brasileira registrou um tombo de 4,1%**, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse foi o maior recuo anual da série iniciada em 1996.

Alta da inflação

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, o Ministério da Economia elevou sua projeção de 3,23% para 4,4% em 2021.

Com o novo aumento, a expectativa de inflação do mercado continua acima da meta central deste ano, de 3,75%. Pelo sistema de metas, não haverá descumprimento se a inflação oscilar entre 2,25% e 5,25% em 2021.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

"O principal responsável pela elevação da projeção foi o preço dos alimentos. Todavia, as expectativas a partir de 2022 apontam convergência da inflação para o centro da meta", informou o Ministério da Economia.

A previsão da Secretaria de Política Econômica para a inflação está abaixo da estimativa do mercado financeiro - **de uma alta de 4,6% em 2021.**

Reformas

De acordo com o Boletim Macrofiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, o caminho para o "maior crescimento econômico" passa pela continuidade da agenda de reformas estruturais e políticas de consolidação fiscal, ou seja, o ajuste das contas públicas para conter a alta de gastos.

Segundo o governo, a agenda legislativa "avançou nos últimos dois anos e ainda progredirá mais".

"Dessa forma, a vacinação em massa vai garantir o retorno mais rápido do mercado de trabalho via redução das medidas restritivas de combate à pandemia; a consolidação fiscal vai manter um ambiente econômico propício ao investimento privado, à estabilidade da inflação e ao risco-país menor; e reformas pró-mercado vão dinamizar o crescimento de longo prazo da economia brasileira", acrescentou o Ministério da Economia.

Segundo o governo, "diversos projetos relevantes" estão sendo discutidos com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados neste ano.

A área econômica citou a reforma tributária e a reforma administrativa, que considera ser "muito relevantes no contexto atual e irão permitir a racionalização e simplificação do sistema tributário e a modernização da administração pública, respectivamente".

"No setor de infraestrutura, há várias ações em debate que deverão gerar resultados positivos no próximo ano: Modernização do setor elétrico; Debêntures de infraestrutura; Marco Legal das ferrovias", concluiu.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados sob assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A falácia dos privilégios salariais no serviço público

Erro mais comum é estereotipar classe diversa diante de disparidades claras

César Rennó Costa

Professor no Instituto Metrópole Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

O maior peso do ajuste fiscal da recém-aprovada PEC Emergencial recai sobre o funcionalismo. É fácil compreender o motivo: teima-se com a falsa premissa de que os funcionários públicos do país são privilegiados e preguiçosos.

Esse senso comum é regularmente inflamado pela demagogia política e encontra um respaldo descabido na pretensa objetividade de análises simplistas de dados.

O erro mais recorrente é estereotipar uma classe tão diversa diante de disparidades evidentes — como, por exemplo, o salário inicial de um juiz federal ser 35% maior que o vencimento em final de carreira de um professor universitário.

Estudos repercutidos nesta Folha refletem o problema.

Pesquisadores da FGV enxergaram nos dados da Receita Federal um indicativo de vantagem salarial de servidores públicos federais. Compararam o Distrito Federal com estados de maior complexidade geográfica e ignoraram que os ganhos reportados para Brasília são compatíveis com cidades semelhantes e bem superiores a outras com alta prevalência de servidores públicos.

Reportagens baseadas em dados do IBGE e do Banco Mundial indicam que, em média, os servidores públicos ganham 20% a mais que trabalhadores no setor privado. O valor está abaixo da média mundial e torna-se quase insignificante quando o Judiciário é retirado da análise. Juntas, ainda, no mesmo bolo, todas as carreiras, incluindo aquelas não existentes no serviço público ou no setor privado. Além do mais, ignoram-se nuances, como a maior proporção de médicos no setor público, por exemplo. Como consequência, há um desequilíbrio amostral que enviesou o resultado publicado.

É fácil encontrar exceções às conclusões desses estudos. Na era da ciência de dados, da transparência e

da economia digital, não tem sentido ignorar os microdados. Há que se olhar de forma diferente o que é diferente.

Vejam os salários iniciais em universidades privadas de elite, como FGV e Mackenzie, são entre 20% e 30% superiores aos pagos em cargo equivalente em uma instituição pública federal como UFRJ e UFMG, que, neste patamar de salário, sujeita o profissional a um regime de dedicação exclusiva.

O maior aumento médio no serviço público nos últimos anos contrasta com o fato de o salário inicial de um professor universitário ser, hoje, 23% mais baixo que na época do governo FHC. Servidores públicos não têm data-base, que permita correção salarial periódica na iniciativa privada, sendo necessária lei específica para majorar os seus vencimentos. Como o congelamento dos

salários imposto pela PEC 186 por 15 anos, os vencimentos dos servidores serão corroídos à metade pela inflação. Para algumas carreiras, o tal "lobby do funcionalismo" não é tão efetivo.

Quanto às empresas estatais, as referências estratificadas e compiladas por firmas de recursos humanos revelam, por exemplo, que o salário de um advogado dos Correios está na média dos pagamentos realizados por grandes companhias — e que um analista financeiro do Banco do Brasil recebe menos que três quartos dos profissionais em instituições privadas semelhantes.

É mais difícil traçar paralelos para as carreiras sem equivalência com o mercado e, nesses casos, deve-se observar a prática internacional. Como exemplo, a imensa distância entre o salário de juizes e professores no Brasil, fato que não é observado em outros países.

Importante ressaltar que não faltam exemplos de bom desempenho do serviço público. As universidades públicas encabeçam as listas de prestígio em ensino e pesquisa na América Latina. A Embrapa busca tornar o país uma potência mundial na produção de trigo, repetindo o que foi feito com a soja. O SUS é o maior sistema de saúde do mundo e, ainda assim, presta o serviço a um custo de menos que a metade dos planos de saúde mais econômicos. É graças às instituições públicas Fiocruz e Butantan que hoje temos vacinas contra a Covid-19 no Brasil.

Fica evidente que somente com uma discussão aprofundada — que não ignore a heterogeneidade do serviço público e seja cirúrgica no apontamento dos privilégios — será possível organizar uma reforma administrativa realmente justa, que garanta a solvência fiscal do Estado

[...] Fica evidente que somente com uma discussão aprofundada — que não ignore a heterogeneidade do serviço público e seja cirúrgica no apontamento dos privilégios — será possível organizar uma reforma administrativa realmente justa, que garanta a solvência fiscal do Estado

Covid-19 e os nocivos reflexos sobre os preços dos insumos médicos

Gestores públicos têm a obrigação de fiscalizar possíveis aumentos abusivos

Regina Maria Marquezini Chammes

Médica otorrinolaringologista, é conselheira do Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo)

Como é de amplo conhecimento, a pandemia do novo coronavírus criou uma situação inesperada para a qual o mundo não estava preparado, quer seja na esfera política, econômica, científica ou assistencial, exigindo uma abrupta adaptação à nova realidade no cenário global.

Com a enorme demanda por álcool em gel, máscaras (incluindo a N95, com proteção mais efetiva) e luvas por parte dos profissionais da saúde e da população em geral, vivenciamos uma verdadeira "corrida do ouro" na busca por insumos. A expressiva procura e a falta de estrutura dos fabricantes, aliadas à falta de matéria-prima e de mão de obra, levaram à escassez desses produtos nas prateleiras e ao consequente aumento dos preços repassados ao consumidor. O aumento de preço desses itens chega a cerca de 500% em relação aos valores praticados no primeiro trimestre de 2020.

Não se desconhece que o Brasil preserva o sistema capitalista desde a Constituição Federal de 1988. A Carta, a despeito da garantia da livre iniciativa, não proíbe expressamente o controle de preços em caso emergencial provocados por um

notório estado de calamidade pública. O abuso nos preços impostos aos médicos na aquisição de luvas, máscaras e álcool em gel — insumos de caráter essencial para o exercício da profissão com segurança, tanto para o profissional de saúde como para o paciente — tem colocado esse profissional em situação de dificuldade econômica, uma vez que o

lucro diminuiu em razão da necessidade de readequação no fluxo de atendimento, da drástica redução da procura, devido ao isolamento social, e da crise econômica instalada.

Nessa conjuntura, os fatores elencados acima geraram uma reação em cadeia, com a redução dos lucros auferidos pelos profissionais e um aumento vertiginoso dos custos gerados pela atividade laboral. Não há como se opor aos aumentos abusivos, uma vez que não existem alternativas ao uso desses itens que garantam a saúde dos profissionais e da população por eles assistida.

Sendo assim, torna-se óbvio e urgente que a administração pública adote as devidas providências no sentido de fiscalizar se o aumento repassado ao consumidor profissional da saúde está realmente de acordo com a alta dos custos de produção. Caso se constate um aumento abusivo, que se lance mão da regulação econômica para esses produtos e, assim, seja possível sanar com celeridade um problema que vem afligindo há meses esse importante setor da economia brasileira — essencial no combate à pandemia imposta pelo novo coronavírus.

[...] Com a enorme demanda por álcool em gel, luvas e máscaras, vivenciamos uma verdadeira 'corrida do ouro' na busca por insumos. (...) O aumento de preço desses itens chega a cerca de 500% em relação aos valores praticados no primeiro trimestre de 2020

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Ilustração de Iotti sobre a quarta troca no Ministério da Saúde

Novo ministro

Saiu o seis e entrou o meia dúzia? **Mouzar Benedicto** (São Paulo, SP)

A escolha do novo ministro da Saúde pelo zero-1 causou insatisfação no cenário. Zero-0 que se cuida, pois essa turma vai ao enterro, chora no velório e ajuda a carregar o caixão, mas jamais pula na covinha. **Cassio Antonio Leardini** (Mauá, SP)

Se o ministro não está doente; se o ministro não pediu para sair; se o governo acha que o resultado do trabalho é bom; trocar para dar continuidade por quê? **Wilson Reinhardt Filho** (São Paulo, SP)

"Ministro executa a política do governo", afirmou o novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Seu antecessor, Eduardo Pazuello, havia dito que "um manda, outro obedece". Qual a diferença entre as duas afirmações? Absolutamente nenhuma. **Luciano Harary** (São Paulo, SP)

"Novo ministro da Saúde descarta lockdown como política contra Covid" (Poder, 15/3). Deu um chute no traseiro do Pazuello e agora achou um civil para fazer tudo o que ele mandar fazer. Sem vacina, sem máscara, sem distanciamento social, sem lockdown e com muita cloroquina do laboratório do Exército para indicar aos infectados. E o médico jogando o seu currículo no vaso sanitário. **Rubens Gonçalves** (Curitiba, PR)

De patos e galinhas

Ou o Exército muda a sua política de não se imiscuir na política ou não demorará e essa Força estará sendo avaliada tal qual o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. É bom lembrar que galinha que acompanha pato morre afogada. Quero dizer: cada um no seu quadrado. **Fábio Siqueira** (Uberaba, MG)

É preciso avisar os acéfalos que estão pedindo intervenção militar que os militares já estão no poder. **Olavo Negro Pereira Barreto**, sociólogo (Araraquara, SP)

O maior culpado

Nas cartas dos leitores, culpa-se o STF, o Congresso Nacional, a mídia, a ultradireita, o antipetismo e várias outras coisas, mas sempre se esquece de citar o maior culpado de todos: nós, o eleitorado. Fica difícil até entender como esse genocida conseguiu se reeleger algumas vezes para deputado federal, sempre foi um desqualificado. **Anísio Franco Câmara** (São Paulo, SP)

2022

"Bolsonaro é pior do que a gente imaginava e sua ineficiência pode reforçar volta da esquerda, diz Amoêdo" (Poder, 15/3). Ele considera ineficiente o governo atual, e é difícil classificar o centro que ele e outros ocupam. Uma união é uma boa solução quando os candidatos apresentam um mínimo de crédito. Somar zeros à esquerda continua resultando em zero. Em 2022 teremos um replay de 2018 piorado, uma vez que o vencedor foi muito pior do que esperávamos. **Octávio Henrique Pavan** (Campinas, SP)

04

"Polícia Federal abre inquérito para apurar negócios de filho de Jair Bolsonaro" (Painel, 15/3). Quem saiu aos seus não degenera, né? **Fábio Alexandre Lunardini** (São Paulo, SP)

Faz parte

"Delegado intima Felipe Neto a depor por chamar Bolsonaro de genocida" (Poder, 15/3). Jair Bolsonaro disse à ex-futura ministra que receber agressões nas redes sociais "faz parte". É ser chamado de genocida também não faz parte? **Raul Moreira Pinto** (Passos, MG)

Ainda bem que existem juizes como Maria Tereza Donatti, não nos intimidamos e nos solidarizamos com Felipe Neto, William Bonner e Renata Vasconcelos. Parabéns a Laerte, Giro Gomes, Guilherme Boulos e Gleisi Hoffmann, que também não se acovardaram ante a sanha dessa inominável família. **Flávio Alves Miceli** (São Paulo, SP)

Esse Felipe Neto não sabe nem o que significa genocida; repete levemente essa fala da esquerda. **João Braga** (Marília, SP)

A Corregedoria da Polícia Civil deve investigar seriamente quem se utiliza do cargo para proveito pessoal. **Rafael Coelho** (São Paulo, SP)

Chamar Bolsonaro de genocida não é ofensa, é constatação. **Ernesto Pichler** (São Paulo, SP)

Mourão

"Mourão diz que governo falhou ao não fazer campanha pelo uso de máscara e contra aglomeração" (Saúde, 15/3). Sempre achei que Mourão seria um presidente melhor que Bolsonaro, mas o mal já está feito. Só um impeachment levaria Mourão ao cargo. **Benedito Cláudio Pacifico** (Rio de Janeiro, RJ)

Está todo mundo batendo cabeça neste governo. A falta de comando é evidente. Escolhas erradas são feitas todos os dias. O futuro próximo será terrível. Logo teremos mais de 500 mil mortos. E continuamos aqui, nos comentários, só observando, bovinamente. **Mário Donizete Pelissaro** (Atibaia, SP)

Que postura é essa? Ele não faz parte do governo? É muita incompetência ter deixado o Brasil chegar aonde chegou. Ele é o vice-presidente, deveria ter influenciado a favor do povo. **Silvana Wen Shih Lin** (Lauro de Freitas, BA)

Ainda bem que ele falou, senão ninguém teria percebido. **Flávia Fonseca** (São Paulo, SP)

Marielle

"Buenos Aires terá placa em estação de metrô para celebrar Marielle Franco" (Mundo, 16/3). Lindo! Ela não há políticos trogloditas como Daniel Silveira e Rodrigo Amorim para quebrar as placas. Perguntinhas que não querem calar: quem mandou matar Marielle, e por quê? **Adriana Queiroz** (Belo Horizonte, MG)

Exclusão do ICMS do PIS/Cofins deve entrar na pauta do segundo semestre

O presidente do Supremo pediu para que os desembargadores não enviem mais recursos sobre o tema à Corte

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

17/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Luiz Fux: ofício aos tribunais para que não enviem mais recursos ao STF — Foto: Divulgação/STF

O ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), avalia incluir na pauta de julgamentos do segundo semestre o processo de maior impacto econômico para a União - a chamada tese do século, que trata sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. São R\$ 250 bilhões em jogo nesse caso.

A afirmação sobre a data do julgamento foi feita pela assessoria da presidência do STF ao **Valor** poucas horas depois de eclodir entre advogados tributaristas um ofício que foi enviado por Fux aos tribunais regionais federais.

O presidente do Supremo pediu para que os desembargadores não enviem mais recursos sobre esse tema à Corte. A orientação é para que fiquem represados na segunda instância até que os ministros coloquem um ponto final nessa história.

O defecho depende unicamente do julgamento do recurso que Fux avalia pautar para o segundo semestre. Os ministros decidiram pela exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins em março de 2017. Naquele mesmo ano a União apresentou embargos de declaração.

Pede para que o resultado seja modificado e, se isso não acontecer, que seja aplicada, então, a chamada modulação de efeitos - o que faria com que a decisão tivesse validade somente para período posterior ao julgamento dos embargos.

Esse recurso foi liberado para julgamento pela relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia, em julho de 2019. Já entrou e saiu da pauta algumas vezes. A última delas em 1º de abril de 2020. Os advogados fazem piada com a data. Dizem ter sido a maior “mentira tributária” dos últimos anos.

No ofício encaminhado aos tribunais regionais, Fux fala em resguardar a “segurança jurídica”. Cita o recurso da União e frisa que existe parecer da Procuradoria-Geral da

República (PGR) favorável à modulação de efeitos.

Esse documento caiu como uma bomba no meio jurídico. “É muito grave. O ofício pede para que os processos não subam mais para o STF. Mas sabemos que, na prática, os tribunais podem, por conta disso, acabar suspendendo tudo”, diz o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

E, nesse caso, acrescenta, haveria enorme prejuízo para as empresas. Com a paralisação dos processos, elas não têm uma decisão final sobre os seus casos (trânsito em julgado). Consequentemente, não conseguem receber de volta o que pagaram a mais em tributos.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) havia pedido, já há bastante tempo, para que a ministra Cármen Lúcia suspendesse, em todo o país, a tramitação dos processos que discutem a exclusão do ICMS. Ela não atendeu a solicitação. Ontem, quando o ofício de Fux veio à tona, alguns advogados entenderam como se ele estivesse “passando por cima” das decisões da relatora.

Existem, atualmente, 9,3 mil ações sobre esse tema no Judiciário e inúmeras outras já foram encerradas. As empresas utilizaram, em 2020, R\$ 63,6 bilhões em créditos fiscais decorrentes de disputas na Justiça - 174% a mais que no ano anterior. O forte crescimento, afirma a Receita Federal, está relacionado ao trânsito em julgado de ações sobre a exclusão do ICMS do PIS e da Cofins.

Dos cinco tribunais regionais federais no país, somente um, o TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, já estava, antes do ofício encaminhado por Fux, com a tramitação dos processos suspensa - represando os recursos ao STF. São casos, por exemplo, em que a empresa obteve uma decisão favorável nas turmas do tribunal e a Fazenda Nacional recorreu por entender que há discussão pendente sobre a matéria abrangida pelos embargos de declaração.

“O travamento do processo embaixo [na segunda instância] tem de ser algo temporário. Não pode ser um instrumento de suposta preservação da segurança jurídica. O mérito desse caso foi decidido lá em 2017. Esses embargos estão pendentes há muito tempo. Segurança jurídica é tomar a decisão que precisa ser tomada”, diz o advogado Julio Janolio, sócio do Vinhas e Redenschi.

Além da possibilidade de os processos ficarem travados, os advogados temem que o ofício de Fux seja um indicativo sobre a modulação de efeitos. “O STF está modulando. Modulou quando decidiu sobre a tributação do software e sobre o diferencial de alíquotas de ICMS nas transações do e-commerce. Isso pode ser um indício de ‘segura aí que vai surgir alguma coisa aqui’”, afirma Edison Fernandes, do FF Advogados.

Em nota, o STF afirma que o pedido de Luiz Fux não ultrapassa, de forma alguma, a competência da relatora do caso. “Cabe somente a ela decidir sobre os pedidos no âmbito do processo. O presidente do STF não realizou qualquer determinação nesse sentido”, diz.

O ofício aos tribunais regionais ocorre em cumprimento do artigo 1.030 do Código de Processo Civil, segundo a nota. Esse dispositivo estabelece que presidentes e vices dos tribunais, ao se depararem com recursos ao STF que tratem de controvérsias em caráter repetitivo ainda não decididas, não remetam novos casos à instância superior. “Isso não significa que devam paralisar o andamento dos processos, mas apenas, caso entendam conveniente, deixem de enviar à Suprema Corte novos recursos até que o plenário solucione a questão”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Super anticalvície liberado pela Anvisa cresce cabelo nas entradas

FOLITIN

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE



17/03/2021 08:29 — Em Mundo

[VEJA MAIS](#)

Com PEC, fundos têm R\$ 260 bi para abater dívida

Superávit financeiro vai ajudar também governo a cumprir a chamada “regra de ouro”

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

17/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo vai poder usar, até 2023, cerca de R\$ 260 bilhões do superávit financeiro dos atuais fundos do Poder Executivo para pagar a dívida pública, de acordo com estimativa preliminar feita pelo Ministério da Economia.

A autorização para o uso dos recursos dos fundos, que estão depositados na conta única do Tesouro Nacional no Banco Central, consta da PEC Emergencial, aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados e promulgada como Emenda Constitucional 109.

O superávit financeiro vai ajudar também o governo a cumprir a chamada “regra de ouro” das finanças públicas, que só permite o aumento do endividamento para pagar despesas de capital (investimentos e amortização da dívida). No cálculo dessa regra, as disponibilidades do Tesouro em caixa são consideradas.

Os recursos dos fundos vão engordar o chamado “colchão de liquidez” do Tesouro Nacional, explicou Jefferson Bittencourt, assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao **Valor**. O “colchão” é formado pelos recursos mantidos em caixa, permitindo maior grau de liberdade ao Tesouro na administração da dívida.

“O uso do superávit financeiro será muito importante para a administração da dívida neste e nos próximos anos”, afirmou Bittencourt. Para ele, um “colchão” mais robusto dará mais flexibilidade e tranquilidade aos gestores. “Um colchão mais pobre tem reflexo no custo da dívida”, observou.

Bittencourt lembrou das dificuldades enfrentadas pelo Tesouro no ano passado para vender títulos no mercado, o que resultou no encurtamento do prazo dos papéis. O déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) atingiu nível recorde, provocado pelas despesas decorrentes do combate aos efeitos negativos da pandemia da covid-19, que exigiu forte emissão de títulos públicos.

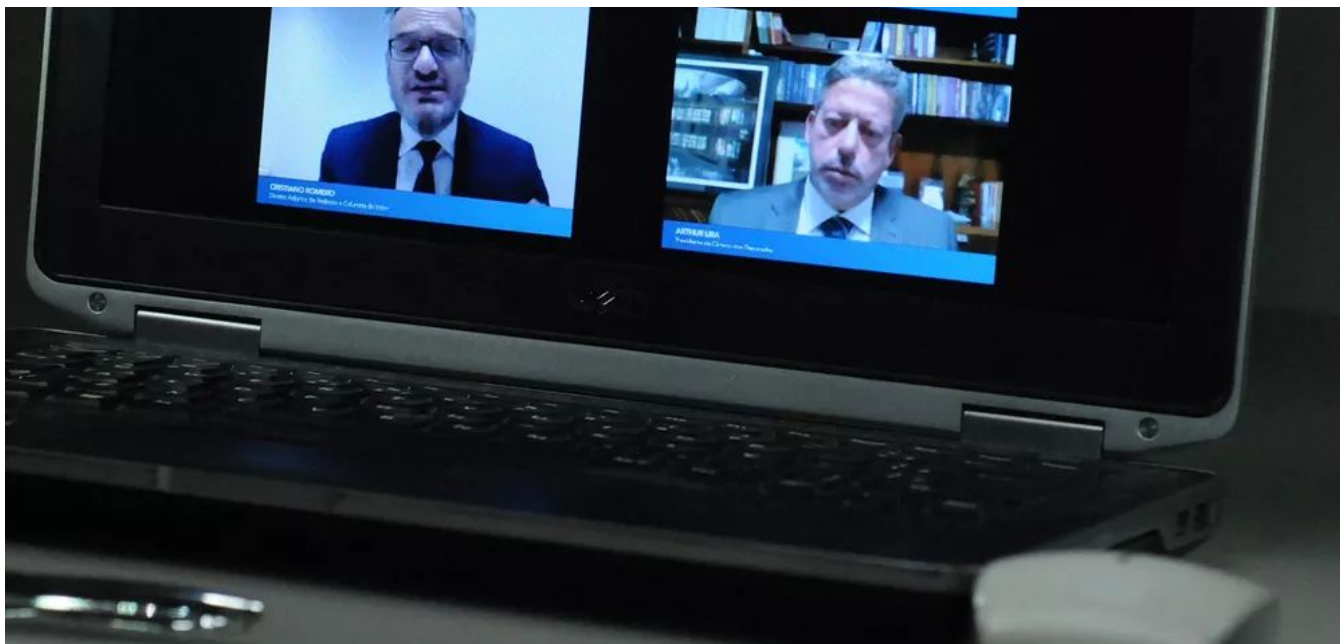
Naquela época, o “colchão de liquidez” do Tesouro caiu a um patamar muito próximo ao nível mínimo de segurança para a gestão da dívida pública. O limite prudencial é de cerca de três meses de vencimentos. Com um “colchão” mais robusto, o Tesouro pode aguardar o melhor momento para a emissão de título.

Do total do superávit financeiro dos fundos que poderá usar, cerca de R\$ 160 bilhões se referem ao saldo existente no fim de dezembro do ano passado. Além disso, há um fluxo anual em torno de R\$ 35 bilhões, segundo Bittencourt. Como a autorização da emenda 109 vale por três exercícios, o total dos fluxos é estimado em torno de R\$ 100 bilhões.

O saldo do superávit financeiro dos fundos registrado em dezembro, que poderá ser utilizado pelo governo, aumentou em cerca de R\$ 30 bilhões, de acordo com Bittencourt, graças a emenda do PDT que derrubou dispositivo da PEC 186 que ressalvava uma série de fundos da desvinculação de recursos. A emenda do PDT foi aprovada quando a PEC estava sendo votada pela Câmara, em segundo turno.

Com a derrubada do dispositivo, o governo só não poderá utilizar os saldos dos fundos de fomento e desenvolvimento regionais, do Fundeb e do fundo de atividades da administração tributária. Faltaram apenas seis votos para manter o dispositivo.

O saldo exato do superávit financeiro dos fundos existente em dezembro de 2020 será divulgado no fim deste mês.



A partir do alto, à esq: Miriam Leitão, de “O Globo”, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira e Cristiano Romero, do Valor, no seminário “E agora, Brasil?”: reforma dá segurança jurídica ao investidor — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Embora a pandemia traga obstáculos à atividade legislativa, os presidentes da Câmara e do Senado reforçaram, durante o seminário on-line “E agora, Brasil?”, a importância de dar sequência à agenda de reformas, com a tramitação ainda neste ano das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) tributária e administrativa.

As medidas, no entendimento de Arthur Lira (PP-AL) e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), são consideradas importantes por parlamentares, entidades e membros da sociedade civil para criar um ambiente propício de negócios e de retomada da economia no pós-covid, bem como para aliviar o orçamento público em um momento de crise.

Na avaliação de Lira, presidente da Câmara, a atual legislatura representa uma “janela de oportunidades”, por se tratar em sua avaliação de um “Congresso reformista”, empenhado na simplificação e desburocratização de normas tributárias.

A pauta do Congresso em 2021

Vacinação contra a covid-19 e medidas com impacto na economia encabeçam prioridades do Legislativo



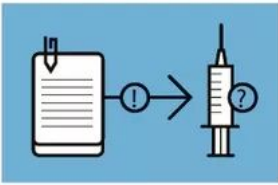
Compra de vacinas

Lei apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e sancionada por Bolsonaro no último dia 10, dá segurança jurídica para que a União, Estados e municípios assumam riscos de efeitos colaterais de imunizantes, além de permitir à iniciativa privada a compra de vacinas para complementar o Plano Nacional de Imunização (PNI)

Comissões da covid-19 no Congresso



O Senado formou, no último mês, uma comissão temporária de acompanhamento de ações do governo federal no combate à pandemia, incluindo a vacinação. A comissão funcionará por 120 dias. Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) debate uma ação semelhante, mas que incluía os governadores, membros das duas Casas, do Executivo e do Judiciário



Cobranças ao Ministério da Saúde

No último dia 9, Lira e Pacheco enviaram ofício ao Ministério da Saúde solicitando informações sobre cronograma de vacinação e aquisição de insumos para os imunizantes, incluindo o planejamento em caso de imprevistos. Segundo Pacheco, a resposta servirá de base para futuras cobranças ao governo federal



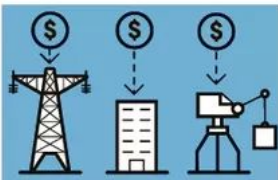
Auxílio emergencial

A PEC 186, promulgada pelo Congresso nesta segunda-feira, permitirá a retomada do pagamento do auxílio emergencial por mais quatro meses, além de criar gatilhos fiscais com o objetivo de dar segurança aos gastos de Estados e municípios durante a crise sanitária e econômica



Agenda de reformas

A comissão mista que trata da reforma tributária deve ter, ainda neste semestre, um parecer consolidando propostas que tramitam na Câmara, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e no Senado, apresentada por Davi Alcolumbre (DEM-TO). A expectativa de Lira é



Privatizações

Projetos enviados neste mês pelo governo federal para capitalização da Eletrobras e privatização dos Correios já têm relatoria definida na Câmara. No caso da estatal de energia, articulado via medida provisória, o Congresso terá 120 dias para análise. Lira pretende enviar o texto ao Senado, já com as devidas alterações, até 20 dias antes do fim do prazo. O presidente da Câmara se diz favorável ainda a medida semelhante em relação à Petrobras.

O tema é debatido em comissão mista, presidida pelo senador Roberto Rocha (PSD-MA) com relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), formada com o objetivo de unificar propostas apresentadas na Câmara e no Senado. Segundo Lira, o objetivo é submeter o texto à sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) até o fim deste ano.

“Esta talvez seja a reforma mais importante, porque vai significar menos burocracia, mais simplificação e segurança jurídica para o investidor, trazendo um rumo normal de previsibilidade para empresas. Penso que o prazo estabelecido, de seis a oito meses (até a aprovação), é plenamente possível para um Congresso reformista”, disse Lira.

Durante o evento, Lira explicou que o objetivo é aprovar a reforma tributária “possível” em um ano de pandemia, com limitações ao encontro presencial de parlamentares.

Na avaliação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o texto da reforma tributária precisará ser construído “a três mãos” por Executivo, Legislativo e Judiciário, em parceria com a sociedade civil, para assegurar que os pontos aprovados não fiquem sujeitos a modificações via resoluções executivas ou liminares judiciais.

“Estou muito otimista com a reforma tributária dentro da realidade que temos, de escolher um modelo que vai desagradar a alguns e agradar a outros. Não é a arte de conquistar, mas sim de ceder. Será um teste a todo instante, de quem é capaz de ceder para termos um sistema tributário mais lógico e enxuto”, afirmou Pacheco.



Lira e Pacheco citaram a aprovação da reforma da Previdência, em 2019, e da reforma trabalhista de 2017 como exemplos de que o Congresso é capaz de chegar a “denominadores comuns” na pauta reformista.

Já o projeto da reforma administrativa, enviado pelo governo federal ao Congresso no ano passado, iniciou sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta semana, com a designação da relatoria. O projeto prevê, entre outros pontos, que o benefício da estabilidade no setor público fique restrito às chamadas carreiras típicas do Estado, o que tende a permitir enxugamentos na folha.

Para o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, é fundamental que o esforço no combate à pandemia seja acompanhado por medidas que permitam a retomada econômica. “O Brasil tem urgência de vencer a covid-19, mas também de retomar o caminho do crescimento sustentável no pós-pandemia. O Congresso vai desempenhar papel fundamental nessa retomada, com a definição de uma pauta alinhada com os anseios da população e das forças produtivas. O presidente da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, mostraram que estão bem sintonizados com as demandas da sociedade e conscientes dos grandes desafios que temos pela frente.”

Governo discutirá programa social ‘robusto’, diz líder

Segundo Fernando Bezerra Coelho, medida viria após “fase mais aguda” da pandemia

Por Renan Truffi, Vandson Lima e Edna Simão — Brasília

17/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse ontem ao **Valor** que a medida provisória que viabiliza o pagamento do novo auxílio emergencial será enviada ao Congresso ainda nesta semana. Ele afirmou que ainda não foi definido se a proposta chegará amanhã ou até o fim da semana. A MP definirá os valores do benefício e o número de pessoas atendidas.

O acordo costurado com o Legislativo era que a medida chegasse logo após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial. Bezerra Coelho ainda usou seu perfil no Twitter para dizer que o Executivo vai trabalhar num programa de proteção social "robusto", após a fase mais crítica da pandemia.

O auxílio emergencial atenderá 45,6 milhões de famílias com R\$ 42,6 bilhões. Deste total, R\$ 23,4 bilhões serão destinados para 28,6 milhões já estão inscritos em plataformas digitais da Caixa; R\$ 6,5 bilhões para 6,3 milhões do Cadastro Único; e R\$ 12,7 bilhões para 10,7 milhões do Bolsa Família.

As parcelas do novo auxílio emergencial devem variar entre R\$ 150 e R\$ 375, sendo que a maior parte dos beneficiados receberá o menor valor, informou o jornal “O Estado de S. Paulo”. Isso provocou críticas da oposição. “Estamos vivendo uma catástrofe sanitária e com R\$ 150 de auxílio para 20 milhões de famílias, o governo

história do Brasil. Não vai ter dinheiro circulando. Vamos combater a MP", escreveu o senador Rogério Carvalho (PT-SE) em sua rede social.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Super anticalvície liberado pela Anvisa cresce cabelo nas entradas

FOLITIN

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Commodities são mais potentes para inflação que fraqueza da economia, diz Renascença

VALOR INVESTE

Presidente do Senado exalta necessidade de vacinação em massa

VALOR INVESTE



Guedes confirma relançamento do BEm para “breve”

Detalhes do programa estão em discussão entre ministério e Bolsonaro

Por Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

17/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Paulo Guedes: programa está sendo discutido com Bolsonaro e lideranças — Foto: Marcos Corrêa/PR

A nova rodada do Programa de Preservação de Renda e do Emprego (BEm), que permite a suspensão de contratos e a redução de jornada e salário do trabalhador, está pronta e será lançada em breve, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. O desenho do programa, que vem sendo chamado pelo ministro de

seguro-emprego, está sendo discutido com o presidente Jair Bolsonaro e com lideranças políticas.

O novo programa seria bancado pela reformulação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável pelo seguro-desemprego. A ideia é que as mudanças sejam feitas por meio de edição de medida provisória.

Ao comemorar a criação de empregos formais em janeiro, o ministro voltou a dizer que, com o seguro-emprego, em vez de pagar R\$ 1.100 durante cinco meses para um desempregado, é preferível pagar R\$ 500 por 11 meses para ele seguir empregado. Guedes não detalhou o programa. Há semanas ele vem dizendo que os programas que deram certo durante a pandemia serão relançados para proteger o emprego e ajudar as pequenas empresas.

A proposta em análise pela área técnica, no momento, é reformular o FAT para que este possa bancar integralmente o programa. Inicialmente, a ideia do governo era dividir o custo da compensação financeira ao trabalhador com o FAT. Mas, a proposta foi repensada para jogar essa despesa para o fundo.

Ainda na coletiva do Caged, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, usou o mesmo exemplo que vem sendo dado por Guedes para falar sobre o programa. “O ministro quando usa ‘ao invés de pagar R\$ 1 mil para demissão, pagar R\$ 500’ seria uma das modalidades do próprio BEm num caso, por exemplo, de redução de jornada”, explicou. O secretário afirmou que, na prática, seria o mesmo programa, com “ajustes pequenos”.

O estudo para reformulação do FAT contempla redução escalonada das parcelas do seguro-desemprego e o alongamento do período de carência para quem recebeu mais de uma vez o benefício. Também está em análise a hipótese de o trabalhador “guardar” parcelas do seguro-desemprego não utilizadas - pelo fato de ter encontrado um novo emprego - para compensar o período de carência.

“Então se a pessoa usa só duas parcelas, ela pode guardar três pra usar quando precisar, sem levar em conta carência”, explicou uma fonte, acrescentando que a medida desestimula que o trabalhador só volte a procurar emprego quando receber a última parcela do benefício.

Para compensar essa restrição ao benefício, a equipe econômica considera equiparar tratamento dos trabalhadores de forma a garantir a mesma quantidade de parcelas do seguro-desemprego para o empregado doméstico. Além do “funding” necessário para custear o BEm, técnicos do governo acreditam que as mudanças no FAT buscam a racionalização do uso do seguro-desemprego com bônus para rápida requalificação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Super anticalvície liberado pela Anvisa cresce cabelo nas entradas

FOLITIN

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Veja como é o combate à pandemia no transporte.

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Protetor de Colchão Altenburg Riviera Impermeável Branco Solteiro

R\$ 79,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Dólar comercial fecha em queda de 2,41%, a R\$ 5,65 e juros futuros fecham em leve alta

Indústria e serviços puxam abertura de 260 mil vagas no Caged em janeiro

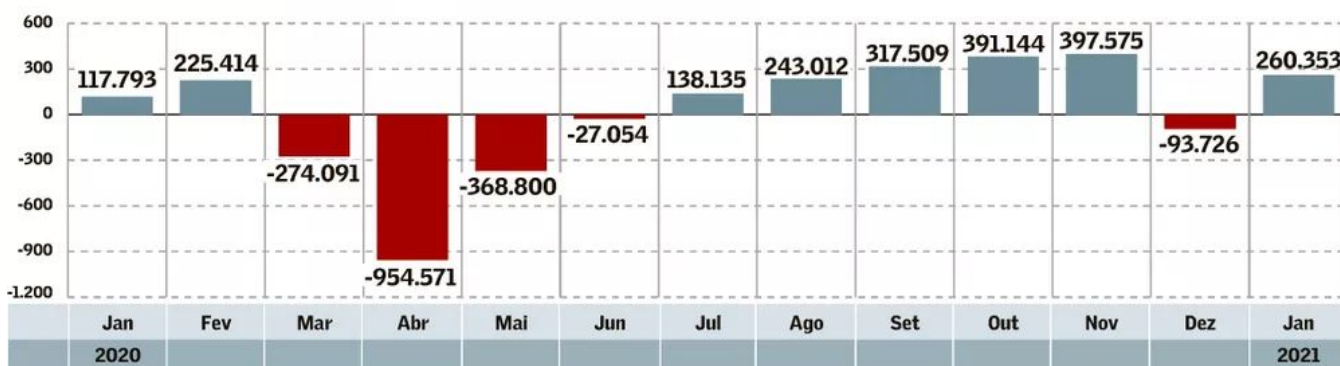
Para Guedes, dado indica recuperação da economia

Por Ana Conceição, Mariana Ribeiro e Lu Aiko Ota — De São Paulo e Brasília

17/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Evolução do emprego formal no Brasil

Saldo mensal entre admissões e demissões



Fonte: Caged - Ministério da Economia

Puxado pela criação de empregos na indústria e nos serviços, o mercado de trabalho brasileiro registrou em janeiro um saldo positivo de 260.353 vagas com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia.

Houve forte criação de vagas na indústria (90,4 mil vagas) e nos serviços (83,6 mil), estes puxados por atividades administrativas, de informação, comunicação e financeiras, atividades típicas do home office. Saúde e serviços sociais, movimentados pela pandemia, também tiveram saldo positivo em janeiro (20 mil). Construção (43.498), agricultura (32.986) e comércio (9.848) completam o quadro.

O número surpreendeu economistas, que esperavam um dado positivo, mas nem tanto. A mediana das estimativas coletadas pelo Valor Data era de 180 mil empregos. O país costuma criar vagas em janeiro, mas não nessa magnitude. A média histórica é de 52 mil postos no mês.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, o dado é mais um a apontar que a economia está se recuperando. O outro foi o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), de janeiro, que subiu 1,04%, o dobro do esperado. Ele informou ontem que, possivelmente, será anunciado um recorde de arrecadação pela Receita Federal nos próximos dias.

Já economistas disseram que o Caged de janeiro foi positivo, mas mais uma vez apontaram que a quebra da série histórica do cadastro no ano passado dificulta uma análise mais acurada. Há meses, alguns levantam a possibilidade de subnotificação nos desligamentos. Empresas que fecharam ou paralisaram temporariamente as atividades podem ter demitido sem repassar a informação ao governo.

Daniel Duque, pesquisador Ibre-FGV, diz que, com a virada do ano, a subnotificação tenderia a voltar ao normal. Ele observa que, feito o ajuste sazonal no dado, há desaceleração na criação de emprego, mas mesmo assim nível continua inexplicavelmente alto.

Lucas Assis, da Tendências Consultoria, diz que, em parte, os números indicam a efetividade do Programa de Manutenção do Emprego e Renda (BEm) pelo qual empresas que suspenderam contratos ou reduziram jornada e salários. Ele observa que admissões cresceram 1,3% sobre janeiro do ano passado, e as demissões caíram 8,8% na mesma comparação.

O secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, afirmou que, em janeiro, ainda havia 3,5 milhões de trabalhadores com garantia de emprego devido ao BEm. Guedes disse que o programa foi “muito bem formulado”, preservou 11 milhões de empregos e será reeditado.

Analistas afirmam que é preciso levar em conta a desaceleração na geração de emprego quando feito o ajuste sazonal. Cálculo da MCM Consultores mostra que o

saldo saiu de 374 mil em dezembro para 240 mil em janeiro, depois de oito meses seguidos de crescimento.

O arrefecimento da demanda devido ao encerramento do auxílio emergencial pode ter tido efeitos sobre o emprego no comércio e em outros setores, diz a consultoria. Mas para a casa é difícil dizer se o enfraquecimento da geração de emprego se repetirá nos próximos meses. De um lado, os efeitos da pandemia e o aumento da incerteza devem afetar negativamente as decisões de contratação e incentivar demissões. De outro lado, a renovação do auxílio emergencial e do programa de manutenção de emprego, o BEm, pode favorecer as contratações a curto prazo.

Tiago Cabral, da IDados, diz que uma desaceleração do emprego é esperada para fevereiro e março, quando a pandemia piorou e medidas de restrição mais rígidas foram decretadas. O segundo semestre pode trazer alguma recuperação com o avanço da vacinação e uma flexibilização maior das medidas de isolamento social, diz Assis. Rodolfo Margato, da XP Investimentos, afirma que a dinâmica é preocupante, com deterioração do setor informal e o aumento de pessoas em busca de trabalho.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

As suas caminhadas não serão mais as mesmas com essa sapatilha.

MOSALI

LINK PATROCINADO

Protetor de Colchão Altenburg Riviera Impermeável Branco Solteiro

R\$ 79,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Super anticalvície liberado pela Anvisa cresce cabelo nas entradas

FOLITIN

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

Pandemia pode ser mais forte que choque fiscal

Impacto no PIB justificaria adiar alta de juro, diz BDR Asset

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

17/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A economia brasileira foi atingida por dois choques importantes desde janeiro: o acirramento das incertezas fiscais e a nova onda da pandemia do coronavírus. Qual desses dois é mais importante para a inflação e deve preocupar mais o Banco Central?

Luiz Rizo e Daniel Coelho, da BDR Asset, utilizaram as mesmas ferramentas propostas pelo BC há cerca de três meses para investigar o assunto. Sua conclusão é que, no horizonte que mais interessa para a política monetária - o ano de 2022 -, o efeito mais importante é a queda da inflação causada pela pandemia.

Eles fizeram um exercício muito simples que aplica os conceitos usados pelo Banco Central para apresentar projeções alternativas de inflação num box do relatório de inflação (RI) de dezembro. Essas projeções alternativas de inflação contemplam justamente uma piora do risco fiscal e um atraso na recuperação da economia devido ao acirramento da pandemia.

Nesse box, o BC assumiu um cenário extremo que repetiria a crise fiscal ocorrida entre 2014 e 2016, quando o país perdeu o grau de investimento. Naquela época, isso fez disparar o indicador de incerteza da FGV, o risco-país e a taxa de câmbio, num ambiente de alta do índice de preços de commodities (IC-Br).

Levando em conta essas variáveis, o Banco Central chegou à conclusão de que a hipotética reprodução de um choque dessas proporções, nas condições vigentes em

dezembro passado, levaria a uma alta de 2,2 pontos percentuais na inflação um ano à frente e de 1,6 ponto percentual dois anos adiante.

Um choque dessa magnitude poderia causar estragos de grande monta para a inflação projetada pelo BC. Se ele, de fato, ocorresse agora, a projeção de inflação feita pelo mercado às vésperas da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de janeiro subiria de 3,6% para 5,8%. Para 2022, passaria de 3,4% para 5%. Bem acima das metas, respectivamente de 3,75% e de 3,5%.

Os economistas calculam o impacto do choque na projeção do Focus de janeiro porque, de lá para cá, a piora do ambiente fiscal e da pandemia contaminou as expectativas de mercado. Se usassem o Focus atual, poderia haver dupla contagem do choque.

Mas, neste começo de ano, embora a incerteza sobre a manutenção da política fiscal no governo Bolsonaro também tenha causado danos a esses indicadores, eles foram bem menores. “No final das contas, a PEC Emergencial conteve o pior cenário”, afirma Rizo.

O exercício do BC contemplava uma alta de 344 pontos no risco Brasil, enquanto que recentemente o indicador subiu 32 pontos. O BC trabalhou com uma depreciação cambial de 82% no relatório de inflação, enquanto que, desde a reunião do Copom de janeiro, o dólar subiu 5,5%.

Rizo e Coelho utilizaram, nos seus cálculos, uma estimativa conservadora de que o choque fiscal atual equivale a pouco menos de um quinto do choque descrito pelo BC em seu box. Essa premissa é conservadora porque, entre outros motivos, o indicador de incerteza econômica andou recuando ultimamente, e o dólar e o IC-Br avançaram bem menos do que 20%.

Tomando como premissa um choque equivalente a um quinto do usado no relatório do BC, a inflação projetada pelo mercado na reunião do Copom de janeiro subiria para 4% em 2021 e para 3,7% em 2022. Em ambos os casos, acima do centro da meta de inflação, mas não muito.

Mas isso é apenas uma parte da história - a economia também está sendo atingida pela nova onda da pandemia, que tende a baixar a inflação. No relatório de inflação, o Banco Central estimou que, se a economia andasse de lado dois trimestres seguidos, ficando estagnada, a inflação projetada um ano adiante ficaria 0,7 ponto percentual menor e, dois anos adiante, 0,9 ponto.

Rizo e Coelho acham que, dada a possibilidade de queda do PIB neste começo de ano, a hipótese do BC se mostra conservadora. O impacto baixista na inflação poderá ser maior. Ainda assim, usaram nos seus cálculos as premissas do box do relatório de inflação.

Juntando o choque fiscal, equivalente a um quinto do apresentado pelo BC no RI, com o atraso da retomada da economia causada pela nova onda da pandemia, eles calculam que a inflação esperada no Focus às vésperas do Copom de janeiro estaria agora em 3,31% para 2021 e em 2,8% para 2022.

Eles também fizeram os cálculos para a inflação estimada pelo Focus agora, às vésperas da reunião do Copom. Como dito, não é um bom cálculo porque, em certa medida, os analistas já incorporaram no Focus pelo menos parcialmente o choque fiscal e a nova onda da pandemia. Mas, mesmo assim, o cálculo vale a pena para ter uma ideia mais extrema de como esses choques podem afetar a inflação projetada.

A conclusão é que a projeção de inflação atual do Focus fica em 4,31% para 2021 e em 2,9% para 2022. O número projetado para este ano sobe um ponto, o que equivale mais ou menos à surpresa na alta dos preços dos combustíveis. Mas está abaixo da meta em 2022, alvo principal da política monetária. “Por esses números, o Banco Central teria espaço para manter os juros estáveis nesta quarta-feira”, diz Rizo.

A decisão do BC, naturalmente, não depende apenas das projeções de inflação. Conta também o balanço de riscos, que pode fazer a inflação superar a projeção. Para o BC, o que importa não é apenas o risco fiscal que foi capturado nos preços dos ativos, mas também a avaliação subjetiva dos membros do Copom sobre como essas variáveis vão se comportar no futuro.

Rizo e Coelho ponderam que a alta dos preços das commodities representa uma melhora na margem no risco fiscal, uma vez que tenderá a favorecer a arrecadação. Além disso, a atividade econômica também tem peso importante no balanço de riscos.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Desaprovação à atuação de Bolsonaro na pandemia alcança 54%, mostra Datafolha

Por sua vez, a taxa dos que aprovam a gestão da crise é de 22%



17/03/2021 09:15 — Em Política

Rio quer vacinar idosos de 70 anos até fim de março e não descarta novas restrições

Secretário municipal de Saúde ressaltou a importância da população carioca em cumprir os protocolos de segurança para prevenir contaminação por covid-19

Reforma administrativa pode ter avanço rápido, diz relator

Oposição promete dificultar tramitação

Por **Marcelo Ribeiro** — De Brasília

17/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O relator da reforma administrativa, deputado Darci de Matos (PSD-SC), quer aprovar parecer a favor da admissibilidade do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até o início de abril. Ele e a presidente do colegiado, Bia Kicis (PSL-DF), apostam no avanço célere do projeto.

“O mais rápido possível”, disse a deputada do PSL ao ser questionada sobre quando o texto será apreciado pela comissão.

Ontem, o relator reuniu-se com técnicos do Ministério da Economia e com a presidente da CCJ. Após as conversas, Matos disse ao **Valor** que uma audiência pública será realizada na próxima semana e que espera apresentar o parecer até dia 30 de março. Esse cronograma deve ser formalizado hoje em apresentação do plano de trabalho ao colegiado.

A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) garante que, no depender da oposição, o texto não terá tramitação fácil. Ela promete pedir vista assim que o parecer do relator for apresentado e adiar por mais alguns dias a análise da admissibilidade.

Defensor da reforma, Matos considera a reforma administrativa “um projeto fundamental para fortalecer e modernizar o serviço público do país”. “Modelo de hoje não cabe mais”.

Em conversa com empresários no início do mês, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmaram que querem emplacar a aprovação da reforma administrativa nas duas Casas até junho.



Comentários

Mais do Valor **Econômico**

Rio quer vacinar idosos de 70 anos até fim de março e não descarta novas restrições

Secretário municipal de Saúde ressaltou a importância da população carioca em cumprir os protocolos de segurança para prevenir contaminação por covid-19



17/03/2021 09:02 — Em Brasil

Brasileiro é o 2º turista mais rejeitado do mundo; veja quais países aplicam restrições

“Adotar renda básica faria o Brasil gastar menos”, diz Bregman

Historiador holandês defende que o país use a experiência do auxílio emergencial para dar um passo adiante e buscar um programa permanente

Por Vandson Lima — De Brasília

17/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas





Rutger Bregman: “Você não salva as pessoas ensinando-as a nadar quando elas já estão se afogando” — Foto: Danilo Verpa/Folhapress

Imagine a adoção no Brasil de uma renda básica, paga a todos os cidadãos de forma incondicional - não como um benefício, mas como um direito. Parece irreal? Pois o historiador holandês Rutger Bregman, best-seller traduzido em mais de 40 idiomas com “Utopia para Realistas”, garante que é possível.

Mais que isso, ele afirma, em entrevista exclusiva ao **Valor**, que esta seria uma política com custo “menor que zero” no país. Ou seja, que pagaria por si própria, pois as experiências com renda básica em países em desenvolvimento atestam uma queda significativa dos custos para o Estado com outras áreas, como segurança pública, justiça e saúde, bem como um crescimento no número de cidadãos que se tornam aptos a pagar impostos no futuro.

Por isso, Bregman defende que o país use a experiência do auxílio emergencial para dar um passo adiante e buscar um programa de renda permanente.

Longe de ideologias e clichês, Bregman é um pragmático. Reuniu centenas de estudos acadêmicos para desmontar, à luz da ciência, uma série de preconceitos a políticas de distribuição de renda. Mostrou que as pessoas não passam a trabalhar menos por receberem auxílio e que programas com uma mecânica muito complicada de fiscalização e cobrança de contrapartidas saem mais caros e são menos eficientes do que simplesmente dar dinheiro às pessoas para que elas cuidem de suas vidas. “Vamos ser claros: se as pessoas fossem naturalmente preguiçosas, egoístas e, dando-lhes dinheiro, nossa economia entraria em colapso, eu seria fortemente contra isso”, aponta.

Bregman também se apoiou em uma miríade de pesquisas para afirmar que programas de qualificação, de educação financeira e mesmo investimentos em

pobreza. A velha máxima de “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”, diz, simplesmente não funciona. “Imagine você caindo no oceano, do que você precisa? Você não precisa de aulas de natação. Você precisa de alguém para tirá-lo do oceano primeiro. Depois disso as aulas de natação serão úteis. Mas você não salva as pessoas ensinando-as a nadar quando elas já estão se afogando”, compara.

Boa parte do sucesso de Bregman pode ser atribuído à sua capacidade de abordar assuntos duros de maneira inventiva e bem-humorada. Ao falar sobre como o mundo se tornou um lugar mais próspero nos últimos dois séculos, ele lembra que a renda per capita hoje é dez vezes maior que em 1850; que um italiano médio é hoje 15 vezes mais rico que em 1880, e a economia global, 250 vezes maior do que era antes da Revolução Industrial - quando, nas palavras do autor, “quase todos, em todo lugar, ainda eram pobres, famintos, sujos, aterrorizados, estúpidos, doentes e feios”.

É com base nessa premissa que o escritor holandês se lançou em uma missão ainda mais ousada em seu novo livro, “Humanidade”: defender, baseado na ciência, que os seres humanos são essencialmente decentes e que em tempos de crise nós nos mostramos especialmente altruístas e cooperativos. Um raciocínio desafiador para os brasileiros em tempos de pandemia, que parece jogar luz sobre nosso egoísmo mais entranhado.

Bregman diz que, segundo estudos, a sociedade brasileira tem um problema grave

direto ao dizer que nacionalismo não é algo ruim, mas que figuras como o presidente Jair Bolsonaro se aproveitam de uma versão empobrecida da ideia e tornam seus eleitores pessoas piores.

Chamado de “um dos jovens pensadores mais proeminentes da Europa”, pela Unesco, e de “prodígio holandês das novas ideias”, pelo jornal inglês “The Guardian”, Bregman, de 32 anos, falou ao **Valor** direto de sua casa, na pequena cidade de Houten, na Holanda, por chamada de vídeo. Entre os temas tratados, Brasil, seus livros e o impagável episódio em Davos, em 2019, quando participou de um painel de debate no Fórum Econômico Mundial e, basicamente, acusou os milionários participantes de falarem demais sobre filantropia, mas não pagarem devidamente seus impostos. O vídeo viralizou nas redes sociais.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Muita gente no Brasil acredita que instituir uma renda básica é algo irreal, pois as pessoas se tornariam preguiçosas ou não trabalhariam mais. Mas as pesquisas que o senhor coletou mostram o contrário, certo?*

Rutger Bregman: Vamos ser claros: se fosse verdade e as pessoas fossem naturalmente preguiçosas, egoístas e que, dando-lhes dinheiro de graça, nossa economia entraria em colapso, eu seria fortemente contra isso. Portanto, esta não é uma questão ideológica, mas científica e empírica. E o que temos são dezenas de estudos que mostram como as pessoas reagem a esses tipos de transferência. Eles são “mais baratos do que zero” para obter um retorno sobre o investimento.

“

Há fortes evidências de que até os ricos pagam um preço psicológico em uma sociedade com alta desigualdade”

Valor: *De que forma?*

Bregman: Acontece que se você tirar as pessoas da pobreza, você gasta menos com

vidas e nas vidas das pessoas ao seu redor. Então, eles mudam para empregos melhores, abrem novas empresas e podem começar a pagar seus impostos também. É algo de que todos nós nos beneficiamos no final. Para entender isso, você precisa sair da soma zero, em que a quantidade de riqueza e prosperidade é fixa e só podemos distribuir o que temos. E mudar para uma visão “win-win”, ou uma visão de crescimento, que, na verdade, se seu vizinho se sair melhor, você também se sairá melhor.

Valor: *Algo assim é possível num país desigual como o Brasil?*

Bregman: É extremamente importante que pessoas da classe média e as mais ricas no Brasil entendam: não são apenas os pobres que sofrem com a desigualdade, são também os ricos. Obviamente, não tanto, mas todos sofrem se houver desperdício de capital humano. A pobreza é muito cara e é basicamente uma tragédia. Eu achei o Bolsa Família um grande passo, quer dizer, há um motivo pelo qual especialistas de todo o mundo foram ao Brasil estudar o programa e ver seus efeitos. E seria maravilhoso, um belo aspecto positivo desta crise se o auxílio emergencial pudesse ser estendido no futuro. Isso deve se tornar permanente.

Valor: *E como tornar possível?*

Bregman: A vantagem de torná-la uma simples transferência de dinheiro é que há menos oportunidades de corrupção. Se você projetar de forma transparente será mais fácil para os jornalistas verificar se o dinheiro realmente chega às pessoas, enquanto se você tiver uma estratégia muito complicada de combate à pobreza, temos todos os tipos de programas intermediários e torna-se muito difícil e caro. O Bolsa Família custa menos de 1% do PIB [0,4% do PIB atualmente] e já tem um impacto extremamente benéfico. Uma transferência de dinheiro universal em um país rico, como a Holanda, é bastante cara. Mas em um país como o Brasil, mesmo se você dedicar 4% do PIB, poderá ter resultados extraordinários.

Valor: *Muitos também defendem que melhor do que transferência de renda, seria dar qualificação às pessoas. O senhor concorda?*

Bregman: Alguns problemas aqui. Primeiro, há muitas evidências de que as pessoas

estudos poderosos de economistas comportamentais que mostraram que as pessoas em situação de pobreza têm um QI em média 14 pontos mais baixo. Isto não por causa de seu DNA ou biologia, mas das circunstâncias em que eles estão. Todos nós teríamos um QI mais baixo se vivêssemos basicamente na pobreza. É a chamada mentalidade da escassez [*ver quadro abaixo*]. Então o que você tem que fazer se quiser que as pessoas se desenvolvam é tirá-las da pobreza primeiro. Imagine-se caindo no oceano, do que você precisa? Você não precisa de aulas de natação. Você precisa de alguém para tirá-lo do oceano primeiro e depois as aulas de natação serão úteis. Mas você não salva as pessoas ensinando-as a nadar quando já estão se afogando.

Valor: *É começar pelo básico*

Bregman: Obviamente, não sou contra a educação nem mesmo contra alguns tipos de paternalismo governamental para fazer com que as pessoas se desenvolvam. Mas você precisa começar com o básico, colocar um teto acima de suas cabeças, garantir que elas tenham uma renda para pagar suas necessidades básicas. Sem isso, todo o resto é inútil. O mais importante aqui é ter uma abordagem pragmática, não se tornar muito ideológico, porque é aí que as coisas dão errado nesses debates. Onde as pessoas à esquerda dizem “oh, nós temos que ajudar os pobres porque é tão triste e tão injusto, blá-blá-blá”, o que é verdade, mas não ajuda a convencer o outro lado.

Valor: *Há uma origem nos preconceitos contra a renda básica?*

Bregman: Especialmente na cultura ocidental, existe uma ideia incrivelmente antiga, mas muito influente, de que as pessoas são fundamentalmente egoístas. E é tão popular porque, se as pessoas não podem confiar umas nas outras, então você precisa de hierarquia, de desigualdade. Você precisa dos ricos, da polícia e dos militares para controlar as massas. Se você disser que as pessoas são decentes, você pode confiar nelas e pode dar aos pobres algum capital de risco para que eles possam fazer suas próprias escolhas em suas vidas, é perigoso para os que estão no topo. É por isso que especialmente os ricos têm medo da renda básica. Mas há fortes evidências coletadas por psicólogos e sociólogos de que mesmo os ricos pagam um preço psicológico por viver em uma sociedade com alta desigualdade.

também são maiores entre os ricos de países desiguais. A desigualdade é um veneno para todos. É melhor ser rico na Suécia, Holanda ou Dinamarca, onde você tem que pagar muito mais impostos, do que nos EUA ou no Brasil.

“

Apenas 5% dos brasileiros dizem confiar nos outros. Isso torna tudo incrivelmente burocrático e ineficiente”

Valor: *Em seu novo livro, “Humanidade”, o senhor defende que as pessoas são essencialmente decentes e que, em momentos de crise, tendem a ser mais altruístas e cooperativas. Parece difícil acreditar nisso neste momento no Brasil. Estou sendo pessimista?*

Bregman: Há uma velha questão que os sociólogos têm perguntado na “World Values Survey”: em média, você acha que as pessoas podem ser confiáveis ou você precisa tomar cuidado com estranhos? E é muito diferente em cada país. Se você olhar para a Noruega, 70% dizem que as pessoas podem ser confiáveis. Se você olhar para os EUA, em 1950, 50% a 60% das pessoas disseram que sim, as pessoas podem ser confiáveis, mas esse número caiu para 30% agora. Isso foi perguntado no Brasil e verifica-se que não há nenhum país em todo o mundo com pontuação tão baixa quanto o Brasil. Na enquete, apenas 5% disseram que sim, a maioria das pessoas é confiável.

Valor: *Isso é problemático?*

Bregman: A confiança é o capital mais valioso que você pode ter como sociedade. Isso torna tudo mais eficiente. O capitalismo não pode realmente funcionar sem confiança, porque se você precisa começar a fazer contratos para tudo, precisa de advogados e burocratas o tempo todo, torna tudo incrivelmente ineficiente.

Valor: *Como nacionalismo ou populismo afetam nossa noção de bondade ou decência?*



Bregman: Há pessoas na esquerda que veem o nacionalismo como algo naturalmente perigoso, usado principalmente para excluir os outros grupos, os refugiados, os imigrantes, as pessoas que não são locais. Eu tenho uma visão diferente. Acho que um sentimento de pertencimento é como uma casa com bases fortes. Então se você tiver isso, você realmente sabe quem você é, de onde você vem. Uma vez que você não sabe mais quem você é, as pessoas começa a se apegar a alguma forma um tanto superficial de identidade nacional que pode se tornar bastante violenta ou extremista.

Valor: *É preciso então um nacionalismo mais evoluído, digamos?*

Bregman: Eu defendo uma forma mais profunda de identidade nacional em que você realmente evolua em sua história. E aqui também se aplica o conceito de vergonha. Eu tenho vergonha da história colonial do meu país, a Holanda, tenho vergonha da escravidão que só foi abolida na metade do século XIX. Portanto, todo o conceito de vergonha implica que você se importe com algo. Portanto, tenha orgulho de ser brasileiro, tenha orgulho de sua identidade nacional, de torcer por seu time de futebol.

Valor: *O presidente Bolsonaro se opôs ao distanciamento social, ao uso de máscaras e mostrou resistência às vacinas. Pessoas como Bolsonaro tornam seus eleitores piores?*

Bregman: Sim, provavelmente é o caso. Os líderes podem apelar para os melhores ângulos de nossa natureza, para o que significa fazer sacrifícios e construir pontes, mas podem fazer o oposto. Isso também vale também para alguém como Trump: eles são sintomas de problemas mais profundos, da história da desigualdade, do racismo e do que aconteceu nas últimas duas décadas. Não sou otimista, o otimismo é uma forma de complacência, quando se diz 'vai dar tudo certo'. Defendo a esperança, o reconhecimento de que as coisas não precisam ser assim. A história tem coisas bizarras, como falamos, porque pode-se ter uma pandemia horrível e isso alavancar um programa de transferência de renda permanente.

Valor: *O senhor viralizou nas redes com um vídeo em que participa do Fórum Econômico Mundial em Davos dizendo que os ricos deveriam falar menos em*

Bregman: Para ser honesto, aquilo foi um acidente [risos]. Pediram-me para falar sobre “Utopia para Realistas”, renda básica, que se tornou uma ideia popular nas elites de tecnologia. Eles pensaram que eu era um escritor de não ficção inocente, que apenas daria um discurso feliz. E eu acho que faria isso, apenas para promover meu livro e sair. Mas enquanto participava das conferências fiquei desconfortável e pensei “uh, este é um lugar tão bizarro”. Você tem todo esse pessoal falando sobre desigualdade e feminismo e mudança climática, mas não sobre seus próprios modelos de negócios corruptos e suas evasões fiscais.

Valor: *Qual foi a reação depois?*

Bregman: Havia jovens na plateia e jornalistas e eles adoraram, acharam hilário. Mas obviamente havia alguns milionários também e eles realmente não gostaram. Mas não esperava que fosse viralizar, tinha algumas centenas de pessoas assistindo ao vivo apenas. Eu fiz isso principalmente para aliviar minha própria consciência. Mas um site americano encontrou no Twitter e fez um vídeo legal e então explodiu.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

As suas caminhadas não serão mais as mesmas com essa sapatilha.

MOSALI

LINK PATROCINADO

Super anticalvície liberado pela Anvisa cresce cabelo nas entradas

FOLITIN

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

